

Veridiana Rêgo Athayde Pinto

**AS CARACTERÍSTICAS DAS PRAÇAS DA REGIONAL PAMPULHA
COMO SUPORTE AMBIENTAL PARA IDOSOS**

Belo Horizonte

**Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia
Ocupacional/UFMG
Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer
2022**

Veridiana Rêgo Athayde Pinto

**AS CARACTERÍSTICAS DAS PRAÇAS DA REGIONAL PAMPULHA COMO
SUPORTE AMBIENTAL PARA IDOSOS**

Dissertação apresentada à banca examinadora para aprovação, no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da EEFFTO/UFMG.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Vitor Leandro da Silva Profeta

Linha de pesquisa 3: Formação, atuação e políticas do lazer

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia
Ocupacional/UFMG
Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer
2022

P659c Pinto, Veridiana Rêgo Athayde
2022 As características das praças da Regional Pampulha como suporte ambiental para idosos / [manuscrito]. Veridiana Rêgo Athayde Pinto – 2022.
106 f.: il.

Orientador: Luciano Pereira da Silva
Coorientador: Vitor Leandro da Silva Profeta

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 102-106

1. Lazer – Teses. 2. Políticas públicas – Teses. 3. Idosos – Saúde e higiene – Teses. 4. Envelhecimento – Teses. 5. Espaços públicos – Belo Horizonte (MG) – Teses. 6. Praças – Belo Horizonte (MG) – Teses. I. Silva, Luciano Pereira da. II. Profeta, Vitor Leandro da Silva. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. IV. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Sheila Margareth Teixeira Adão, CRB 6: nº 2106, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER

ATA DA 177ª DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

VERIDIANA RÊGO ATHAYDE PINTO

Às 15h00min do dia 17 de novembro de 2022 reuniu-se na sala 2013 da EEFFTO a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer para julgar, em exame final, o trabalho “As características das praças da Regional Pampulha como suporte ambiental para idosos”, requisito final para a obtenção do Grau de Mestra em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovada	Reprovada
Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva (Orientador)	X	
Prof. Dr. Vitor Leandro da Silva Profeta (Coorientador)	X	
Prof. Dr. César Teixeira Castilho (UFMG)	X	
Profa. Dra. Isabela Veloso Lopes Versiani (UNIMONTES)	X	

Após as indicações a candidata foi considerada: **APROVADA**

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para a candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Leandro da Silva Profeta, Professor do Magistério Superior**, em 20/11/2022, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Dedico esta dissertação à todas as pessoas que participaram de todo esse processo de construção, das mais diversificadas possíveis formas. Àqueles que a vida os afastou dessa oportunidade de experiência formativa, e que o desejo de trilhar o caminho foi renunciado pelas curvas da vida. A dedicação é fruto do que represento no lugar que ocupo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela grandiosa oportunidade de desfrutar das mais inúmeras e diversificadas experiências que constituem a VIDA, no momento a conclusão de um ciclo com muitas bagagens valorosas.

À minha MÃE, meu alicerce, meu combustível, minha origem, pelo AMOR, palavra que carrega uma grandeza infinita e um significado que abrange todas as suas atitudes de incentivo, apoio, carinho, e por ser quem é, minha tradução de FORÇA INCONDICIONAL.

Ao meu marido, mais conhecido como Leléo, pelo AMOR traduzido em companheirismo constante, carinho em cada refeição preparada para depois de estudos longos, reuniões, aulas e congressos, nos mais variados horários e formatos. Pela disposição e realização de cada imagem das 21 (vinte e uma) praças que compuseram o alvo desta pesquisa, com tanto cuidado, preocupação e AMOR.

À Fê, uma aluna, uma amiga, minha orientadora afetiva, a responsável pelo início de todo esse processo de formação, pela parceria, pelo incentivo constante, pelos ensinamentos e pelo carinho em todos os momentos.

Ao meu orientador, professor Luciano, pela trajetória com parceria e acolhimento, ensinamentos, trocas, compreensão e sempre com otimismo e carinho.

Ao meu coorientador, professor Vitor, pelo caminho construído com rigor, disciplina, muuuuito aprendizado, pela produtiva experiência no estágio docente, mas acima de tudo, paciência, disponibilidade e atenção.

À UFMG, instituição que sustenta uma referência de ensino e formação, pela oportunidade de usufruir desse privilégio.

À FAPEMIG, agência de fomento à pesquisa, pela concessão da bolsa, para que pudesse me dedicar à produção de um conhecimento em benefício da sociedade.

Ao grupo de pesquisa POLIS, pela recepção, oportunidades e tantos ensinamentos, por estar trilhando um universo tão desconhecido para mim.

Ao Danilo, secretário do PPGIEL e colega de turma (mestrado), pela constante disponibilidade para escuta, auxílio e cuidado.

À Nanci, minha sogra, pela participação na coleta de dados em todas as 21 (vinte e uma) praças, que mesmo com as limitações físicas, se colocou sempre bem-humorada e disposta.

À Paola, minha amiga de infância, que fez com tanto carinho a parte estatística desta pesquisa, sempre disponível e presente não só com as “ferramentas” do Excel mas com a amizade.

À Aline, uma querida e deliciosa surpresa, com duas intersecções, parceira de PPGIEL e nossa amada Paola, pelo apoio, pela torcida e carinho.

À Flávia, pela disposição em fornecer as estratégias para parte da coleta de dados que incluíam o acesso aos órgãos ligados à Prefeitura de Belo Horizonte.

À DIEL e GERMA, órgãos pertencentes à Prefeitura de Belo Horizonte por contribuírem com dados tão importantes para esta pesquisa, de forma tão compreensiva.

Ao André, meu revisor, pelas aulas de escrita acadêmica, que através de tantos “dramas” e “mínimos detalhes”, me fez aprender de uma forma leve, com risadas, trocas culturais e compartilhamentos.

Aos amigos Namu e Jaum, pela partilha de tantas experiências formativas e pela riqueza do nosso companheirismo.

Aos colegas de ingresso, no curso do Mestrado, do PPGIEL, por enfrentarmos juntos, uma jornada com tantos desafios, em um formato novo e desconhecido, em tempos tão difíceis.

À Ana Paula, minha primeira professora do PPGIEL, pelo acolhimento tão oportuno e atencioso sempreeee, incentivo e carinho constantes.

À Meme e Ísis, minhas parceiras incondicionais, dia, hora, conteúdo, humores, enfim, parceria em quaisquer condições.

À família, que sempre esteve presente nos vários momentos da minha trajetória.

Aos professores do PPGIEL, pela acolhida e pelos ensinamentos que ultrapassam as esferas acadêmicas, e contribuem para uma formação pessoal.

Aos lugares, os quais exerci minha profissão e cada um com sua peculiaridade, contribuiu para que chegasse na formação do Mestrado em Estudos do Lazer, com uma trajetória e uma perspectiva ampliada para tantos olhares.

Ao Carlos Franco, meu diretor e coreógrafo, grande responsável pela minha formação como dançarina e artista, aspecto que me conectou com a proposta do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer.

À banca de qualificação, pelas contribuições valorosas, para o melhor direcionamento da pesquisa e enriquecimento do conteúdo.

À banca examinadora, pela aceitação em partilhar dessa trajetória, com conhecimento e contribuições pertinentes.

Às minhas amigas, Juliana, Fabrícia, Ana Carla e Gisele, por tantos anos de amizade sincera, por estarem sempre presentes, e vibrarem a cada passo.

À minha querida aluna Lilian, por compartilhar todo o processo, com diálogos, trocas, orientações (das mais variadas), de forma, tão alegre e carinhosa.

À Tícia, por ser exemplo de disposição, inteligência, alegria, energia e acima de tudo muito amor.

Aos meus filhos, Lavínia, que chegou nesse plano, juntamente com esta caminhada do Mestrado, me alimentando em meu ventre de uma energia tão pura proveniente da maternidade, e Iago, meu eterno guerreiro, minha luz e meu sopro de vida.

A metade do seu olhar
Está chamando pra
luta, aflita
E metade quer
madrugar
Na bodeguita

Se seus olhos eu for
cantar
Um seu olho me atura
E outro olho vai
desmanchar
Toda a pintura

Ela pode rodopiar
E mudar de figura
A paloma do seu mirar
Virar miúra

É na soma do seu olhar
Que eu vou me
conhecer inteiro
Se nasci pra enfrentar
o mar
Ou faroleiro

(Chico Buarque)

RESUMO

O lazer, como necessidade humana, se faz nas articulações entre manifestações culturais, tempo/espaço social e ludicidade, dialoga com a rede formada pelas diversas dimensões da vida em sociedade em que se insere o indivíduo. Concebido no Brasil como direito social, pela Constituição Federal de 1988, o lazer pode ser compreendido como uma ferramenta que promove a saúde, esta entendida como um bem-estar físico, mental e social. No contexto urbano atual, esta condição pode ser proporcionada também através da apropriação de espaços públicos de lazer destinados aos diversos grupos sociais. Uma faixa etária que vem crescendo de maneira exponencial, mundialmente, é o de idosos, o que caracteriza um quadro de envelhecimento mundial. Considerando que, no Brasil ocorre também o crescimento do número de idosos, os espaços públicos de lazer são fundamentais para a realização de atividades da vida diária realizadas por indivíduos dessa faixa etária, na medida em que tais espaços oferecem possibilidades para a prática dessas atividades que colaboram para a manutenção da saúde, independência e autonomia dos idosos. Assim, entender como estes espaços públicos de lazer, neste estudo representados pelas praças, estão caracterizados e a relação deles como suporte ambiental para idosos é relevante para que ações de melhorias dessas praças possam ser formuladas e implementadas através de políticas públicas. Com base no exposto, o objetivo dessa pesquisa é avaliar as características das praças, através dos quesitos acesso e permanência, com intenções de sugerir possibilidades de melhorá-los para que propiciem uma adequação às necessidades de idosos, tornando-os mais autônomos e independentes. Para alcançar esse objetivo, foi adotada metodologia quantitativa observacional, a partir de uma escala de descrição que foi aplicada em praças públicas, da Regional Pampulha, escolhidas com base nos seguintes critérios: (i) presença de Academia a Céu Aberto e (ii) área de 1000m². Os dados obtidos foram coletados no decorrer do período de um mês. Estes dados foram tratados utilizando o Excel e suas ferramentas para que se alcançasse um índice que demonstrasse como tais espaços estão apropriados para serem usados pelos idosos, de maneira autônoma e independente. Apenas uma praça das 21 (vinte e uma) pesquisadas alcançou um valor acima de 50% do valor total do índice Geral, o que reflete as condições precárias de acesso e permanência para idosos nestes espaços, caracterizando um problema público.

Palavras-Chave: Envelhecimento. Lazer. Políticas públicas. Praças. Suporte Ambiental.

ABSTRACT

Leisure, as a human need, takes place in the articulations between cultural manifestations, social time/space and playfulness, it dialogues with the network formed by the different dimensions of life in society in which the individual is inserted. Conceived in Brazil as a social right, by the Federal Constitution of 1988, leisure can be understood as a tool that promotes health, understood as physical, mental and social well-being. In the current urban context, this condition can also be provided through the use of public leisure spaces intended for different social groups. An age group that has been growing exponentially worldwide is the elderly, which characterizes a picture of global aging. Considering that, in Brazil, there is also a growth in the number of elderly people, public leisure spaces are fundamental for the performance of activities of daily living performed by individuals of this age group, insofar as such spaces offer possibilities for the practice of these activities that collaborate to maintain the health, independence and autonomy of the elderly. Thus, understanding how these public leisure spaces, in this study represented by the squares, are characterized and their relationship as environmental support for the elderly is relevant so that actions to improve these squares can be formulated and implemented through public policies. Based on the above, the objective of this research is to evaluate the characteristics of the squares, through the questions of access and permanence, with the intention of suggesting possibilities to improve them so that they provide an adaptation to the needs of the elderly, making them more autonomous and independent. To achieve this objective, an observational quantitative methodology was adopted, based on a description scale that was applied in public squares, in the Pampulha Region, chosen based on the following criteria: (i) presence of an open-air gym and (ii) of 1000m². The data obtained were collected over a period of one month. These data were treated using Excel and its tools in order to reach an index that demonstrates how such spaces are appropriate to be used by the elderly, autonomously and independently. Only one square of the 21 (twenty-one) surveyed reached a value above 50% of the total value of the General index, which reflects the precarious conditions of access and permanence for the elderly in these spaces, characterizing a public problem.

Keywords: Aging. Environmental Support. Leisure. Public policy. Squares.

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 01: Evolução do número de idosos no mundo, por grupos etários entre os anos de 1950 e 2020.	35
Figura 02: População brasileira total e grupos etários (em valores absolutos) 2010-2060.	36
Figura 03: Pirâmide etária comparativa Brasil/Minas Gerais entre 2010-2060.	37
Figura 04: Pirâmide etária 2010 para população de Belo Horizonte (MG).	38
Figura 05. Multidimensionalidade da saúde do idoso.	43
Figura 06: Os determinantes do envelhecimento ativo.	44
Figura 07: Praças da Regional Pampulha com Academia a Céu Aberto e área (m²).	51
Figura 08: Organograma da composição do Índice Geral, com categorias e subcategorias.	60
Figura 09: Valores correspondentes aos índices Geral das praças avaliadas.	61
Figura 10: Organograma da composição do Índice Geral, com categorias e subcategorias. Em destaque, o Índice da categoria Acesso.	64
Figura 11: Valores correspondentes aos índices da categoria Acesso das praças pesquisadas.	65
Figura 12: Rampa sem corrimão preservada, na praça Manoel de Souza Barros.	66
Figura 13: Rampa sem corrimão preservada, na praça Engenheiro Iron Marra.	66
Figura 14: Transporte Público, na praça Nair Villela Rabelo.	67
Figura 15: Degrau sem corrimão preservado, na praça Rodrigo Emílio Campos.	68
Figura 16: Valores correspondentes aos índices da subcategoria Acesso Imediato e da variável Superfície das praças pesquisadas.	69

Figura 17: Rampa sem corrimão, preservada; na praça Geralda Damata Pimentel.	70
Figura 18: Rampa sem corrimão, danificada; na praça Santa Catarina Labouré.	72
Figura 19: Rampa sem corrimão, preservada; na praça Santo Antônio.	73
Figura 20: Degrau sem corrimão, danificado na praça Nair Villela Rabelo.	74
Figura 21: Valores correspondentes aos índices da subcategoria Acesso Não- Imediato das praças pesquisadas.	75
Figura 22: Transporte Público; na praça dos Compositores.	76
Figura 23: Travessia Adequada ao Tipo de Via; na praça Espaço Cênico.	77
Figura 24: Tipo de Via do Entorno, ou seja, as ruas do entorno da praça, área livre de circulação de veículos; na praça Sol Nascente.	78
Figura 25: Área para Estacionar Veículos Particulares sem vagas reservadas aos idosos; na praça Geralda Damata Pimentel.	79
Figura 26: Organograma da composição do Índice Geral, com categorias e subcategorias. Em destaque, o Índice da categoria Permanência.	80
Figura 27: Valores correspondentes aos índices da categoria Permanência das praças pesquisadas.	81
Figura 28: Pista de Locomoção separada e preservada, na praça João XXIII.	82
Figura 29: Estação Fixa-Atividade Física, área específica e preservada, na praça Chorinho.	83
Figura 30: Estação Fixa-Atividade Física, área específica e preservada, na praça Santo Antônio.	84
Figura 31: (a) Local para sentar, com encosto, sem proteção, preservado; na praça Miriam Brandão; (b) Local para sentar, com encosto, sem proteção, danificado; na praça Alexandre Moterani.	85
Figura 32: Locais para Sentar, sem encosto, sem proteção, na praça dos Compositores.	86

Figura 33: Ausência de Local para Sentar, na praça Chorinho.	86
Figura 34: Ausência de Local para Sentar, na praça Santo Antônio.	87
Figura 35: (a) Bebedouro com material adequado, preservado na praça Manoel de Souza Barros; (b) Bebedouro com material adequado, danificado na praça Desbravador Pedro Henrique.	88
Figura 36: Bebedouros com material adequado, danificados; na praça Brandão Amorim.	89
Figura 37: Banheiro desativado na praça Geralda Damata Pimentel.	90
Figura 38: Presença de Cores para auxiliar na locomoção-caminho, na praça da Seresta.	91
Figura 39: Presença de Cores para sinalizar estruturas para diferentes fins, na praça Sol Nascente.	91
Figura 40: Presença de uma área específica e preservada para atividades físicasestação fixa, além da Academia a Céu Aberto; na praça João XXIII.	93
Figura 41: Presença de uma área específica e danificada para atividades físicasestação fixa, além da Academia a Céu Aberto; na praça Rodrigo Emíle Campos.	94
Figura 42: Pista de Locomoção, separada, preservada; na praça Manoel de Souza Barros.	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização Regional Pampulha – Belo Horizonte/MG	50
Mapa 02: Localização Regional Oeste – Belo Horizonte/ MG	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 01

Escala de descrição para elaboração do índice dos espaços públicos de lazer57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

§ Parágrafo

% Porcentagem m² Metro
quadrado

AAVD Atividades Avançadas de Vida Diária

ABVD Atividades Básicas de Vida Diária

ACS Academia Carioca da Saúde

AIVD Atividades Instrumentais de Vida Diária

CNDSS Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde

CSDH *Commission on Social Determinants of Health*

CF Constituição Federal

DIEL Diretoria de Infraestrutura de Esportiva e Lazer

DSS Determinantes Sociais de Saúde

FMI Fundo Monetário Internacional

GERMA Gerência Regional de Manutenção

IE Índice de Envelhecimento

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística MAP Museu
de Arte da Pampulha

OMS Organização Mundial da Saúde PAS

Programa Academia da Saúde

PBH Prefeitura de Belo Horizonte

TEE Transição na Estrutura Etária

SUMÁRIO

	Página
1- INTRODUÇÃO	17
2 - OBJETIVOS	24
2.1 - <i>Objetivo geral</i>	24
2.2 - <i>Objetivos específicos</i>	24
3 – REVISÃO DE LITERATURA	25
3.1 - <i>Cidade como espaço de lazer</i>	25
3.1.1 - Espaço público: praça	29
3.2 - <i>Lazer: aspectos legais</i>	31
3.2.1 - Lazer e idosos	32
3.3 - <i>Envelhecimento e funcionamento: projeções, concepções e relações</i>	34
3.3.1 - Números e projeções do envelhecimento	34
3.3.2 - Concepções e relações do envelhecer	38
3.4- <i>Idosos na praça</i>	29
4 - METODOLOGIA	48
4.1 - <i>Caracterização da pesquisa</i>	48
4.2 - <i>Objeto de estudo</i>	49
4.3 - <i>Coleta e tratamento de dados</i>	50
4.4 - <i>A construção do instrumento</i>	52
4.5 - <i>Coleta e tratamento de dados a partir das observações realizadas</i>	59
5- RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
5.1 - <i>Índice Geral</i>	60
5.2 - <i>Índice categoria Acesso</i>	63
5.2.1 - Índice subcategoria Acesso Imediato	68
5.2.2 - Índice subcategoria Acesso Não-Imediato	75
5.3 - <i>Índice categoria Permanência</i>	80
5.4 - <i>Índices variáveis categoria Permanência</i>	85
5.4.1 - Índice variável Local para Sentar	85

5.4.2 - Índices variáveis Bebedouro e Banheiro	88
5.4.3 - Índice variável Cores	90
5.4.4 - Índice variável Estações Fixas-Atividades Físicas	92
5.4.5 - Índice variável Pista de Locomoção	95
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

Os conceitos relacionados ao denominado campo do lazer têm sua origem, no Brasil, com os primeiros projetos de intervenção implantados no país, a partir da segunda metade do século XX, embora, segundo Melo (2013), discussões sobre o divertir-se já existissem no âmbito nacional desde o século XIX. A partir dos anos 1970, surge a conformação de uma área acadêmica que aborda o tema e propõe uma ampla utilização do termo lazer, entendido como o cruzamento entre as dimensões tempo e atitude.

Neste cruzamento de tempo e atitude, Gomes (2004) questiona o conceito de lazer difundido durante anos, como sendo apenas uma oposição ao trabalho. Para a autora o lazer deve ser compreendido como um fenômeno social, político e historicamente situado. O lazer simboliza, na concepção de Gomes (2004), a necessidade de fruição, de maneira lúdica, das inúmeras práticas culturais, em cada contexto, construídas socialmente. Essas necessidades são satisfeitas de acordo com cada grupo social, e seus valores e significados.

Em nossa sociedade, Gomes (2004) aponta que as atividades de lazer são vivenciadas em forma de práticas sociais como, jogos, festas, viagens, cinema, teatro, circo, dança e práticas corporais. Ao tratar do lazer como fenômeno social, político, cultural e historicamente situado, elencam-se três componentes: (i) ludicidade, (ii) manifestações culturais e (iii) tempo/espaço social.

Faz-se necessário lembrar que este espaço social de vivências e experiências humanas é tratado por Magnani (1996) como um elemento para área de exercícios e códigos comuns, um ponto de referência para a prática de atividades que competem ou se complementam. O espaço público de lazer é um fator de riqueza em registros e intersecções de componentes relacionados à prática daqueles indivíduos que utilizam o espaço, e este estabelece relação com a formação de vínculos, na prática do lazer.

No estudo com foco antropológico, o espaço ocupa, para Magnani (1996), duas posições: uma é a posição de referência restrita, onde as relações entre o indivíduo e

o ambiente são o ponto determinante; na segunda, o espaço é determinado como referência física; assim o componente espacial é algo que se caracteriza por estar embebido pelo aspecto simbólico, que ao indivíduo cede a forma de apropriação.

Na relação com a experiência vivida que acontece em um determinado espaço, o sujeito exercita a capacidade de elaboração, aprendizado, expressão e transformação de significados e sentidos, os quais se configuram como uma forma de linguagem humana, algo que remete ao aspecto lúdico.

Nesse contexto, Gomes (2011) ressalta que a ludicidade, como uma forma de linguagem humana, é construída culturalmente e é reflexo de valores, tradições, costumes, regras sociais e políticas de uma sociedade. Em sua fundamentação, explicita a relação que o lazer estabelece com a natureza, a linguagem, a economia, a educação, o trabalho, a ciência, a saúde e a política.

Para que o lazer possa se efetivar como um direito, é preciso ação política. Maar (1994) aborda a política como uma referência constante em todas as dimensões da nossa rotina, pois a política é inerente a qualquer tipo de vida em sociedade. A política nasce simultânea à própria história, com a dinâmica de uma realidade em permanente transformação. Devido a isso, a política, de maneira contínua, se mostra insuficiente e não é resultado do acaso, mas fruto da atividade dos próprios homens que vivem em uma sociedade e que possuem todas as condições de intervenção no enredo da história (MAAR, 1994).

Menicucci (2006) sublinha a política como uma atividade humana ligada ao poder com interesses diversos e que visa objetivos pacíficos. Segundo a autora, para a formação de uma política pública é necessário a identificação de um problema que demande uma intervenção governamental, com vários atores e objetivos tratados como assunto público.

A partir do que foi dito, pode-se perceber o lazer como um direito social. Para Menicucci (2006), em relação ao lazer, considerado pela Constituição Federal de 1988 um direito social, diferentemente dos outros direitos, não houve definição de

objetivos, princípios e mecanismos, que conduzissem à sua concretização. Ao tratar sobre o assunto, a autora ressalta que os direitos sociais possibilitam minimizar o excesso de desigualdade da sociedade de mercado com intenções de contribuir para a edificação da cidadania social. Entretanto, para que isso ocorra, o Estado deve garantir o acesso a bens e serviços universais, de caráter coletivo através de políticas sociais.

Por sua vez, Cunha (2019) ressalta o direito à saúde como fundamental e um dever do Estado que deve ser garantido por meio da execução de políticas públicas sociais e econômicas. O Estado deve destinar recursos financeiros às políticas públicas, para um acesso igualitário e universal aos serviços públicos; estes recursos financeiros são influenciados por alguns fatores como atividades e ambientes que compõem um contexto:

À luz desta descrição, as políticas que incentivem atividades e ambientes elicitadores de estados de saúde positivos são encorajadas no sentido de aumentarem qualidade e anos à vida, de promoverem autonomia e independência, reduzindo, em simultâneo, os custos no sistema de saúde (RIBEIRO, 2012, p.37).

Um aspecto relevante que diz respeito aos ambientes como espaços públicos de lazer é o fato dos Programas de Saúde articulados com a Política Nacional de Promoção de Saúde utilizarem parques e praças para a realização de atividades físicas e de lazer para idosos, com foco na promoção de um envelhecimento ativo. Como exemplo, o Programa Academia da Saúde¹ (PAS) realiza, em espaços públicos, atividades físicas, de educação, cuidados com a saúde e práticas de lazer que ocorrem em articulação com a atenção primária à saúde, de maneira efetiva, o que enfatiza sua importância no campo da saúde do idoso (FERREIRA *et al.*, 2020).

A importância a ser destacada, até o momento, é o lazer como direito social e também como uma ferramenta para o acesso à saúde, sendo assim reconhecido como fenômeno de grande importância para cidadania e emancipação humana. Bacheladenski e Matiello Júnior (2010) conceituam o lazer como uma forte estratégia

¹ Em 2011 foi criado o Programa Academia da Saúde (PAS), uma das estratégias articuladas à Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), tendo em vista como um de seus eixos tratar das práticas corporais e atividades físicas (FERREIRA, *et al.*, 2020).

para a promoção da saúde, explorado ainda de maneira superficial. Conforme abordado pelos autores citados, a concepção da dicotomia saúde-doença reflete outros aspectos ideológicos, sociais e políticos, apontando o conhecimento e a participação popular como elementos deste processo.

Na superação da relação dicotômica saúde-doença, as experiências de lazer atuam como ferramentas que proporcionam ao indivíduo uma apropriação do exercício de estar ativo nas atividades da vida diária em um espaço ao qual pertence dentro da sociedade.

Por isso, destaca-se a importância do planejamento adequado desses espaços associado a projetos de intervenção na esfera da cultura, educação e saúde. A apropriação destes ambientes públicos constitui uma interseção relevante na expressão de vida coletiva de variados grupos sociais.

Um grupo social, em constante crescimento, estimulado por avanços na qualidade de vida e investimentos em saúde, que sempre levantou questões a serem abordadas e cada vez mais investigadas e discutidas, referentes às necessidades surgidas ao longo da vida, é o de idosos.

Wong e Carvalho (2006) discutem o rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil, abordando a transição na estrutura etária (TEE), em todas as regiões do país. A pesquisa, utilizando dados distribuídos em gráficos, demonstrou que entre os anos 1940 e 1960 a população brasileira apresentou um declínio significativo na mortalidade com a taxa de fecundidade se mantendo constante; a partir da segunda metade da década de 1960, a rapidez e sólida redução na taxa de fecundidade gerou uma série de mudanças profundas na distribuição etária.

Ao abordarem o envelhecimento biológico, Moraes, Moraes e Lima (2010) compreendem que os sinais das deficiências funcionais surgem discretamente sem comprometimento da gerência de decisões e relações e o classificam como senescência e não doença. A pesquisa aponta que a diferença entre o funcionamento

de um organismo jovem e um idoso está em situações nas quais são necessárias a utilização das reservas homeostáticas², que se apresentam mais fracas nos idosos.

Em contrapartida, o envelhecimento psíquico é um amadurecimento que ocorre independente da passagem do tempo. Nesta perspectiva, Moraes, Moraes e Lima (2010) afirmam que a superação de conflitos diários e a mudança de valores de vida são indispensáveis para o amadurecimento e independência psíquica.

Apesar de entender que a diversidade de situações encontradas nessa faixa etária está relacionada a questões tais como a condição psíquica e biológica, compreendemos que a influência dos ambientes e espaços nos quais os idosos estão inseridos é considerável variável nos aspectos físicos e sociais, resultantes de um conjunto de fatores relacionados ao lar, à vizinhança, ao trabalho, à comunidade dentre outros.

Esta associação de ações é abordada por Menicucci (2006), que considera o município como o responsável (entre sociedade civil, iniciativa privada e instâncias governamentais) para garantir ações voltadas para o lazer. Para a construção de uma política pública de lazer, são levantadas questões consideráveis como a organização dos atores envolvidos e o planejamento que sustentam a base territorial com a população específica em atuação. Estruturas flexíveis com setores governamentais integrados, áreas variadas de conhecimento, descentralização e transversalidade, como instrumento para agregar pontos de vista novos são importantes em torno de uma política para o lazer (MENICUCCI, 2006).

Esta integração de setores, defendida por Menicucci (2006), orientou o planejamento de espaços urbanos para atender as necessidades relativas à circulação, à habitação, ao trabalho, mas principalmente ao lazer, tornando estes espaços livres públicos uma escolha significativa (RECHIA, 2009). A autora salienta a multifuncionalidade destes espaços e a adaptação a diversos interesses culturais utilizados por variados segmentos da população com várias finalidades. No entanto, essa integração não

² Este conceito traduz a capacidade dos sistemas biológicos manterem-se num estado de equilíbrio dinâmico, que lhes permite assegurar a manutenção da sua integridade física e fisiológica.

ocorre de maneira satisfatória no Brasil. Remetemo-nos ao autor Marcellino (2006) ao afirmar que o acesso ao lazer se relaciona à superação de determinadas barreiras.

Com a finalidade de revitalizar e promover o bem-estar no meio urbano, os espaços de lazer são apontados por Silva *et al.* (2013) como possibilidade para que as pessoas possam adquirir hábitos saudáveis. Além disso, tais espaços colaboram com os aspectos emocionais, físicos, culturais e sociais do indivíduo. Na revisão e análise de artigos relacionados ao tema, feitas pelas autoras, foram definidas duas categorias: a primeira (i) uma classificação de espaços públicos de lazer e promoção da saúde; e uma segunda (ii) espaços públicos de lazer e relações socioculturais.

Tais espaços públicos de lazer, como por exemplo as praças, são locais de extrema importância para a realização das atividades de vida diária pelos idosos, através da prática da atividade física e socialização ao ar livre. Através dessas atividades, os idosos adquirem mais autonomia e independência. Na medida em que o ser humano interage com o ambiente associado aos fatores individuais, surge o que Sugiyama e Thompson (2007) denominam suporte ambiental. Assim a análise das características físicas de uma praça, como propõe Baldissera (2011), traduz valores na relação do idoso com o ambiente.

Na relação de todos os aspectos expostos anteriormente, ressalta-se que a relevância desta pesquisa é demonstrar, através de uma escala de descrição, o quanto um espaço público livre de lazer está caracterizado e apropriado como suporte ambiental para idosos. Além disso, esta pesquisa aborda aspectos que apontam ações de melhorias que podem ser realizadas por políticas públicas.

Trabalhar com sujeitos inseridos neste processo de envelhecer e perceber a escassez de estudos nesta perspectiva, motivou a pesquisa sobre o assunto e um aprofundamento do conhecimento para que seja utilizado pelos profissionais habilitados no universo das políticas públicas.

Por fim, a inserção do projeto no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer encontra-se no fato do lazer ser concebido não só como direito

social, mas como uma ferramenta para a promoção da saúde para idosos em espaços públicos através de políticas públicas, com a seguinte pergunta norteadora:

- As praças da Regional Pampulha, da cidade de Belo Horizonte, oferecem suporte ambiental adequado para idosos exercerem o direito ao lazer?

2 OBJETIVOS

2.1 *Objetivo geral*

- Avaliar o grau de suporte ambiental oferecido aos idosos pelas praças da Regional Pampulha.

2.2 *Objetivos específicos*

- Identificar as praças públicas destinadas ao lazer e ao convívio da população, na Regional Pampulha na cidade de Belo Horizonte/MG.
- Avaliar a estrutura das praças públicas em relação ao acesso e à permanência da população idosa.
- Criar uma ferramenta que permita avaliar a qualidade das praças públicas, para a utilização da população idosa.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 *Cidade como espaço de lazer*

Como início da discussão, é importante pontuar algumas questões, que envolvem nosso entendimento sobre cidade. Etimologicamente, é uma palavra que tem sua origem no latim e está relacionada a outras como cidadão e civilização. Embora saibamos o que é uma cidade, há dificuldade em defini-la.

Na discussão sobre transformações do conceito de cidade, Vasconcelos (2015) identifica aspectos tais como questões políticas, contexto histórico, espaço geográfico e temporal que interferem nas transformações do conceito de cidade. No que se refere às questões políticas, Vasconcelos (2015) esclarece que alguns autores, ao buscarem o conceito de cidade, ocultam uma perspectiva política em suas conceituações. O autor também ressalta a importância de relacionar os conceitos de cidade às áreas do conhecimento onde tais conceitos se encontram, e também de compreender como espaço geográfico e o contexto histórico influenciam na formação dos conceitos de cidade.

Os espaços geográficos e temporais são essenciais na composição do lazer em uma perspectiva na qual este fenômeno social está vinculado às ligações entre espaço e tempo. A cidade é uma constituição destas combinações em movimento traduzindo-se como uma dimensão passível de impressões e registros realizados pelos sujeitos; assim:

A cidade produz tanto bens materiais quanto bens simbólicos, e a compreensão do fenômeno lazer está atrelada, entre outros fatores, a essas conexões. Nessa perspectiva, pensar sobre a categoria espacial é pensar em uma dimensão importante para a compreensão dessa realidade, se considerarmos que o espaço não é apenas um “palco inerte”, onde os atores sociais desenvolvem suas ações, mas lugar do desejo e ligação dos tempos cujos significados se transformam a todo instante. (RECHIA, 2009, p.78).

Tratada como produto social na inserção da relação do homem com o meio, Lencioni (2008) aborda a cidade sem considerar a importância de suas dimensões e

características físicas, espaciais ou temporais. Sobre os conceitos de cidade e urbano, a autora discorre sobre as diferenças dos termos; no primeiro, a cidade é compreendida como objeto e no segundo como fenômeno, sendo ambos produtos da relação entre espaço e sociedade, construídos por relações sociais marcadas historicamente.

Na conceituação de urbano como um conjunto de significados e registros produzidos por relações sociais, na mesma linha, Rechia (2009) e Lencioni (2008) entendem que devido à multiplicidade de sistemas em que este fenômeno é produzido não é possível atrelá-lo à morfologia material, de maneira definitiva, nem mesmo separá-lo. Em consonância, Lucas e Cleps (2020) concebem que o resultado destas relações espaciais e sociais é o espaço geográfico, e sua reprodução, destinado às diversas atividades, sejam elas de qualquer espécie. Tais atividades devem vislumbrar o princípio do prazer e da fruição, considerando a liberdade de escolha nas ações desenvolvidas por cada indivíduo.

Contudo, não se deve questionar que tanto o aproveitamento do tempo quanto o dos espaços, materializados nos lugares com a presença de atividades desenvolvidas e relacionadas com o perfil das pessoas e sua capacidade de deslocamento espacial, expressam as potencialidades em relação à utilização e consumo do espaço (LUCAS; CLEPS, 2020). Nesta relação interdependente, entende-se que o espaço é construído pelo sujeito de acordo com suas ações, concebendo uma ferramenta de poder e influência. Desta forma, a análise da composição dos espaços em nossa sociedade nos fornece recursos para esclarecimentos sobre determinados fenômenos sociais, dentre eles o lazer.

Nesse contexto, Lucas e Cleps (2020) enfatizam a relevância do lazer como uma vivência inerente ao espaço e à vida urbana, já que tal atividade se concretiza expressivamente na cidade, da rua aos grandes equipamentos que contribuem para a interação. Desse modo, os autores entendem que o acesso democrático a tal vivência, através dos espaços públicos, é essencial para o restabelecimento do uso das cidades e redução dos processos excludentes. Faz-se importante considerar que a construção dos espaços e seus respectivos equipamentos são um atrativo para as

atividades de lazer desenvolvidas nesses próprios espaços. Isso pode ser um fator que os tornam mais democráticos.

Segundo Santos (2009), o espaço é composto pela associação entre sistemas de objetos, que são fixos, e sistemas de ações, estas sendo fluxos. Fluxos são compreendidos como ação humana integrante indissociável do homem. Já o sistema de objetos é entendido, pelo autor, como tudo que se encontra sobre a terra, como resultado de algo natural ou fruto da ação do ser humano. O espaço é o movimento das formas e seus conteúdos dados pelo homem em determinado tempo.

Se a questão da disponibilidade de tempo e espaço em conjunto for colocada no contexto de vida diária da maioria da população, na concepção de Marcellino *et al.* (2007), não há como desvincular-se da ideia de que o espaço para o lazer é o espaço urbano; e as cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer.

Para tanto, no contexto desta pesquisa, espaço e equipamentos de lazer são tratados como estruturas físicas utilizadas pela ação humana com uma significação dentro de uma sociedade.

Na sociedade moderna, as cidades apresentam poucos espaços dedicados às experiências de lazer. Rechia (2009) atribui tal fato às transformações sociais perceptíveis, entre elas, a fragmentação do tecido urbano e uma forte separação das funções sociais institucionalizadas.

Marcellino *et al.* (2007) identificam que é claramente lógico e compreensível a falta de espaço para o lazer na perspectiva do encontro humano. No entanto, é grande a oferta de equipamentos para o lazer mercador, ou seja, atividades que precisam ser pagas para acesso ao lazer. Para os autores, nas grandes cidades atuais, resta quase nenhuma ou mínima oportunidade espacial para o convívio, porque, devido ao modo pelo qual são construídas e reformadas, não há espaço satisfatório entre as edificações que possibilitem o exercício mais efetivo das relações sociais produtivas em termos humanos.

A percepção do lazer como algo pouco relevante para a vida das pessoas pode trazer alterações na qualidade de vida das grandes metrópoles ocasionando uma mudança de valores que não acontece isoladamente, segundo Marcellino *et al.* (2007). Estes autores ainda ressaltam que é preciso que se tenham condições objetivas para a prática do lazer, sendo que este é uma esfera de manifestação humana e pleno de possibilidades.

Rolnik (2000), urbanista, ao falar sobre a impossibilidade de uma única noção de qualidade de vida, numa metrópole, afirma que o uso do espaço se faz sobre a ideia restrita fundamentada em valores comerciais de equipamentos incorporados com finalidades exclusivas, como oferecimento de academias de ginásticas e proximidade a grandes empreendimentos.

Ao serem concebidos, os equipamentos urbanos de lazer, frequentemente, são assumidos pela iniciativa privada que os compreendem como mais uma mercadoria para atrair o consumidor. As possibilidades ofertadas em termos de lucro são os critérios norteadores para a construção e manutenção em funcionamento dos equipamentos de lazer (MARCELLINO *et al.*, 2007).

Estas condições do lazer como mercadoria permeiam a instalação de espaços que atendam à atividade do lazer nas cidades e, segundo Lucas e Cleps (2020), a instalação de espaços específicos, dotados de equipamentos públicos como praças e/ou parques esportivos, muitas vezes, são concentrados em determinadas localizações sem atender aos setores densamente povoados nas periferias.

Lucas e Cleps (2020) apontam também que o mesmo pode ser pensado a respeito das ações revitalizadoras que reativam específicas áreas, criando espaços de consumo e lazer que, em outra perspectiva, excluem variados segmentos sociais. Assim, Rechia (2009) resalta a importância do planejamento adequado desses espaços associado a projetos de intervenção na esfera da cultura, educação e saúde; demonstrando como o uso destes ambientes públicos se torna o cruzamento interessante da expressão de vida coletiva de uma sociedade.

Na categorização dos espaços públicos de lazer e promoção da saúde, Silva *et al.* (2013) apontaram que as características físicas e ambientais influenciam na utilização destes espaços para prática de atividade física. Além disso, as relações socioculturais que ocorrem nesses espaços são favoráveis à socialização de diversas faixas etárias, crianças, jovens, adultos e idosos de uma comunidade.

A participação da comunidade e os benefícios que os espaços públicos de lazer podem proporcionar aos usuários são pontos relevantes que os gestores destes espaços devem estar atentos para que estes lugares sejam reestruturados e construídos, democraticamente, de acordo com os anseios da população (SILVA *et al.*, 2013). Em consonância com Silva *et al.*, Lucas e Cleps afirmam que

A noção de acessibilidade (com forte vínculo geográfico) deve corresponder a algo que vá além do acesso físico e material, mas também incluir os aspectos simbólicos e, conseqüentemente, possibilitar a apropriação social dos espaços públicos urbanos (LUCAS; CLEPS, 2020, p.10).

Ainda segundo Lucas e Cleps (2020), o que mais ocorre atualmente é o fato que, mesmo em espaços abertos destinados ao uso coletivo, acontece uma apropriação seletiva e diferenciada relacionada ao interesse dos grupos sociais que usam estes espaços. Nessa direção, os autores defendem repensar essa apropriação do espaço público como um grande desafio, visto que as formas urbanas são cada vez mais interligadas a formatos comuns a qualquer lugar.

3.1.1 Espaço público: praça

Baldissera (2011) entende que as categorias morfológicas essenciais para a compreensão do conjunto urbano são definidas pela análise de suas características físicas. Isso pode ser traduzido como propriedades ambientais sendo reflexo de expressão de valores, elementos componentes do local e suas relações, e a interrelação destes aspectos.

Os componentes da estrutura urbana estabelecem uma relação, de forma distinta, delineada como uma imagem na percepção humana com significado, em um

período, para determinada sociedade. Tais estruturas e seus significados compõem o tecido urbano.

Os espaços privados e os espaços públicos são os elementos formadores da estrutura da cidade. Segundo Krafta (2020), os espaços privados correspondem à subdivisão do solo; já os espaços públicos, acessíveis a todos e consideravelmente urbano, são ruas, parques e praças.

Baldissera (2011) identifica que, ao pensarmos em um espaço público intrinsecamente, vem a concepção de um local com muitas pessoas com animação e vitalidade. A conexão desses espaços públicos com a malha urbana, com outros lugares públicos e privados, os atributos físicos e espaciais e disponibilidade de usos constituem a atratividade destes lugares. A praça é um dos exemplos.

“A praça brasileira como figura urbana é praticamente desconhecida em sua essência tanto por seus usuários como criadores, sejam eles arquitetos, engenheiros, técnicos diversos, curiosos e outros mais” (ROBBA; MACEDO, 2002 p.11). Ainda segundo esses autores, a praça é percebida por duas perspectivas: a de um jardim e de uma praça de esportes. Os séculos XIX e XX foram importantes no processo de transformação da praça que assumia diversas formas para atender às variadas modalidades que se direcionavam a ela. Na cidade colonial brasileira, os autores entendem que a praça era o local onde a população manifestava seus costumes e hábitos provocando uma articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial.

Alex (2008) entende que a praça funciona como ordenadora urbana e se constitui em um espaço articulado ao tecido urbano e à sociedade na sua totalidade. A praça adquire também uma expressão cultural urbana, uma forma de sociabilidade e é essencial por conectar a construção e a participação na vida da cidade.

No Brasil, as cidades no final do século XIX passaram por um processo de reformas objetivando a modernização do país, que na perspectiva de Robba e Macedo (2002), foi influenciada pela dominação cultural europeia associada à necessidade do país

ganhar credibilidade como exportador de produtos agrícolas para a Europa. A praça, então, perde suas funções de uma área destinada às manifestações de cunho militar e político e ganha um aspecto de um local destinado à contemplação da natureza, às atividades de recreação e descanso. A partir disso, surgiu a denominada praça ajardinada, com normas de conduta hierarquizadas e rígidas.

A praça foi de extrema importância para o desenvolvimento das relações sociais por ser um ponto de convergência da população urbana, que se direcionava a ela para a realização de atividades urbanas ao ar livre como, discussões sobre a vida pública, comércio, trocas de ideias e lazer. Na história, a praça é um dos mais significativos espaços urbanos das cidades brasileiras (ROBBA; MACEDO, 2002). Por sua história e legalidade como um lugar de organização do tecido urbano e referência para os cidadãos que habitam ou visitam certo local, Alex (2008) aponta que a praça, também por sua localização e sua forma, simboliza uma referência onde acontecem encontros.

A localização e a forma da praça sofreram influências com o arruamento e desenho viário na fase de modernização das cidades, durante o século XX (ROBBA; MACEDO, 2002). Mesmo com a predominância do lazer contemplativo, o advento da cidade moderna suscita a necessidade do lazer ativo, englobado nos programas dos espaços livres públicos como as praças.

3.2 Lazer: aspectos legais

De acordo com Stoppa e Isayama (2017), a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros. Tal inclusão do lazer nesse documento pode ser entendida como um marco em relação à efetivação desse direito, pois, até então, não havia registro na lei que elucidasse seu reconhecimento. Conforme Capítulo II, Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, CF, 1988).

O lazer é tratado ainda, na Seção III, Do Desporto, Art. 217, inciso IV, § 3º: O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Em praticamente todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios brasileiros tal aspecto está assegurado. Além disso, destacamos que o reconhecimento do lazer como status de direito é importante pois permite a abertura de possibilidades para se reivindicar do poder público, e de outras esferas da sociedade, mecanismos para sua materialização no cotidiano de vida do cidadão brasileiro (STOPPA; ISAYAMA, 2017).

Distintamente de outros direitos que constituem a concepção moderna de cidadania, Menicucci (2006) indica que os direitos sociais, para que sejam efetivados, necessitam da ação ativa do Estado através de políticas públicas. Com isto, o reconhecimento do lazer como direito social demanda a construção de uma política pública voltada para efetivá-lo.

Devido à sua natureza e à sua relação com a necessidade de intervenção do Estado, Menicucci (2006) mostra que os direitos sociais podem ser redefinidos e ampliados frequentemente em razão de mudanças na sociedade, tanto no âmbito econômico quanto no desenvolvimento de concepções de bem-estar social, sendo objetos de disputa e controvérsia.

Stoppa e Isayama (2017) afirmam que a garantia do acesso ao lazer possibilita a mudança de um quadro existente de vulnerabilidade social no Estado brasileiro, pois assume a função de uma ferramenta de formação do povo, assim como proporciona a convivência, elaboração de novos valores e melhoria da saúde.

3.2.1 Lazer e idosos

De acordo com a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, art. 1.º “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com

idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, ESTATUTO DO IDOSO, 2013, p.7).

O Estatuto dispõe também:

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, ESTATUTO DO IDOSO, 2013, p.8).

Estas disposições proporcionam algumas elucidações sobre essa fase da vida, assim como evidenciam os direitos deste grupo etário de viver uma velhice mais digna. Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010) destacam que essas disposições ainda ressaltam o envolvimento de todas as instâncias da sociedade para garantir a efetivação dos direitos propostos. Estes direitos são componentes da cidadania. Segundo Menicucci (2006), o desenvolvimento da cidadania depende da formação de um sentimento de identidade e de obrigação comum, e também da participação ativa do Estado na garantia de bem-estar e proteção a todos os cidadãos.

Conforme Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010), o reconhecimento do lazer como direito de cidadania deve ser entendido como uma grande conquista. Além disso, o lazer necessita ter sentido para os indivíduos que o usufruem como uma representação de possibilidade de engajamento e mobilização política.

Ainda segundo Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010), para que o idoso possa exercer sua cidadania de modo justo, são necessários reconhecimento, a facilitação na criação das redes de sociabilidade, incentivo, legitimação e valorização das vivências de lazer. O exercício da cidadania, através dessas ações, constitui o bem estar do idoso.

Marcellino (2006) aponta algumas barreiras para que o lazer seja vivenciado; uma delas é a idade avançada. Para o autor, em nossa sociedade, o lazer é dirigido aos indivíduos mais jovens. Por essa razão, é necessário incentivar o lazer para os idosos.

Partindo do pressuposto que é dever da população garantir o cumprimento dos direitos e que somente as ações fomentadas pelo poder público não são suficientes, Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010) indicam a necessidade de uma união de forças em favor de um envelhecimento digno.

3.3 *Envelhecimento e funcionamento: projeções, concepções e relações*

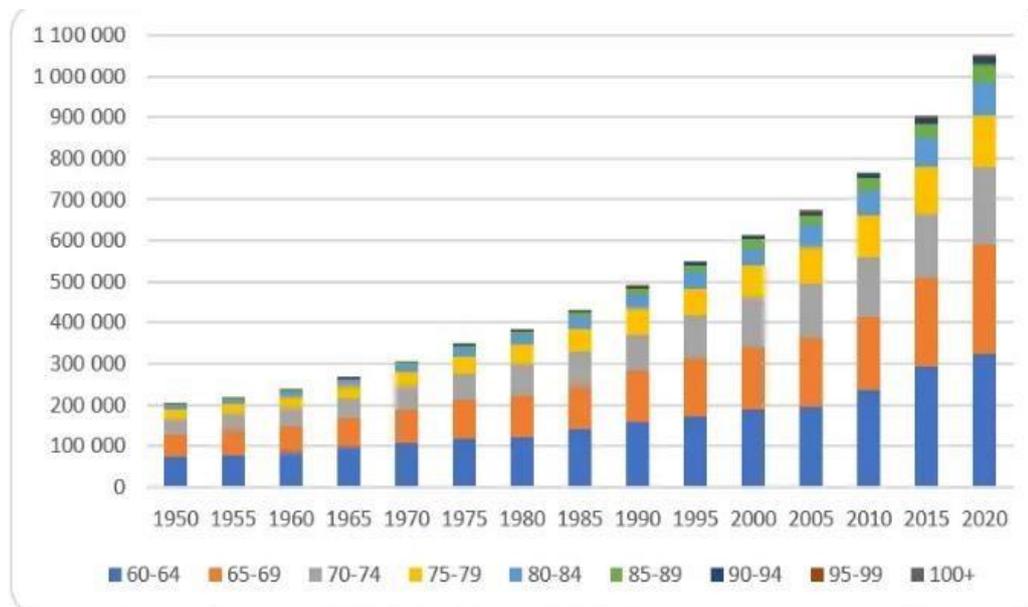
3.3.1 Números e projeções do envelhecimento

O aumento do número de idosos no Brasil é marcante. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existe uma tendência de elevação da proporção de idosos na população. A previsão é que no Brasil, no ano de 2060, um em cada três indivíduos terá ao menos 60 anos de idade (IBGE, 2015).

O aumento no envelhecimento da população não se caracteriza como um fenômeno isolado, abrangendo a maior parte dos países de todo o mundo. A Figura 01 mostra a evolução do número de idosos (de 60 anos e mais) no mundo, por grupos etários, entre 1950 e 2020, segundo dados da Divisão de População das Nações Unidas. O número de idosos passou de 202 milhões, em 1950, para 1,05 bilhão de indivíduos em 2020, um crescimento de 5,2 vezes em 70 anos, ou de 2,4% ao ano. Os idosos representavam 8% da população total em 1950 e passaram para 13,5% da população mundial em 2020. Entre os três grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) os idosos formam o grupo que mais cresce em toda a população³.

³ Na concepção de Alves (2020), a pandemia do novo coronavírus alterou de maneira significativa o ritmo de vida das pessoas, e provocou um aumento da morbidade e da mortalidade no mundo e acarretou, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2020, a maior depressão econômica da história do capitalismo.

Figura 01: Evolução do número de idosos no mundo, por grupos etários entre os anos de 1950 e 2020⁴.



Fonte: Divisão de população da ONU.

Com base nas projeções populacionais do IBGE (revisão 2018), a Figura 02 mostra o crescimento da população brasileira que atingia o número de 195 milhões de habitantes em 2010, devendo crescer até 233 milhões em 2047 e decrescer até 228 milhões em 2060. Porém a dinâmica dos grupos etários é distinta. A população de 0-14 anos está atualmente diminuindo, pois era de 48,1 milhões em 2010, reduziu para 44 milhões em 2020 e deve chegar a 33,6 milhões em 2060. A população em idade ativa (15-59 anos) era de 126 milhões em 2010, deve crescer até 140,4 milhões em 2034 e diminuir para 121,2 milhões em 2060. Simultaneamente, a população com idade a partir de 60 anos (e mais) deve crescer continuamente, passando de 21 milhões em 2010, para 30,2 milhões em 2020, chegando a 43 milhões em 2031 e saltando para 73,5 milhões de idosos em 2060 (ALVES, 2021).

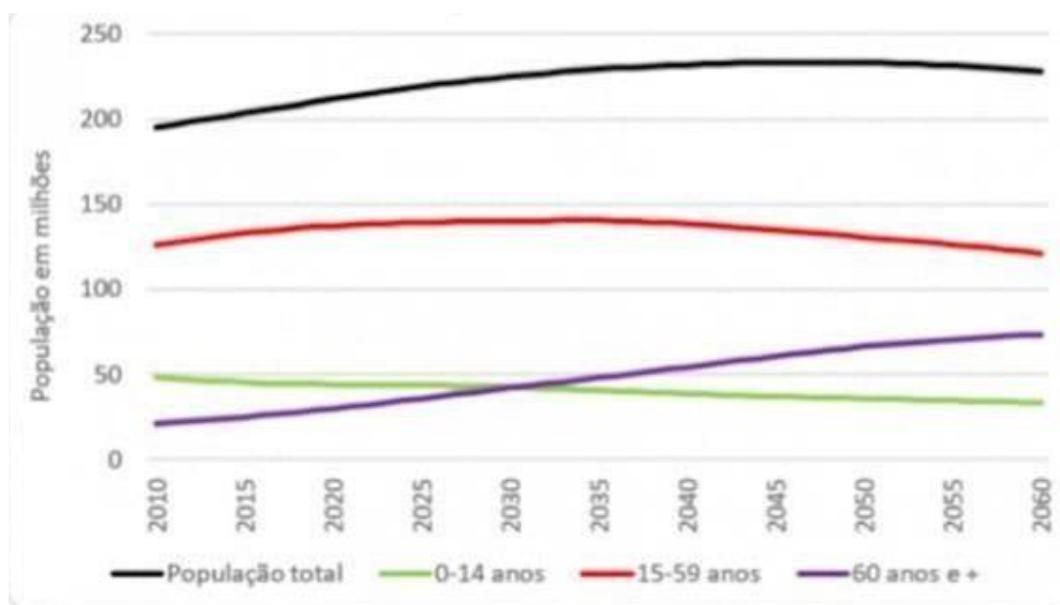
No ano de 2031⁵, o número absoluto de idosos irá ultrapassar o número absoluto de jovens de 0 a 14 anos. Para Alves (2021), isto significa que o Índice de

⁴ A velocidade do avanço da Covid-19 apresentou-se de forma marcante, pois, globalmente, havia 580 pessoas infectadas no dia 22 de janeiro de 2020, passou para 1 milhão em 02 de abril, 2 milhões em 14 de abril e 3 milhões em 26 de abril, Alves (2020) afirma que para alcançar o número de 1 milhão de casos demorou dois meses e meio, mas pulou para 3 milhões em 25 dias.

⁵ Há quem acredite que o envelhecimento populacional apresenta declínio, porém é uma concepção equivocada. Embora os efeitos danosos do novo coronavírus estejam presentes, existe uma tendência de aumento da proporção de idosos na população que irá persistir e caminhar em ritmo acelerado, tanto no mundo, quanto no Brasil (ALVES, 2020).

Envelhecimento (IE) será maior do que 100; tal índice considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. O Brasil será considerado um país idoso. O IE vai continuar aumentando no decorrer do século XXI, com aumento contínuo da proporção de idosos na população.

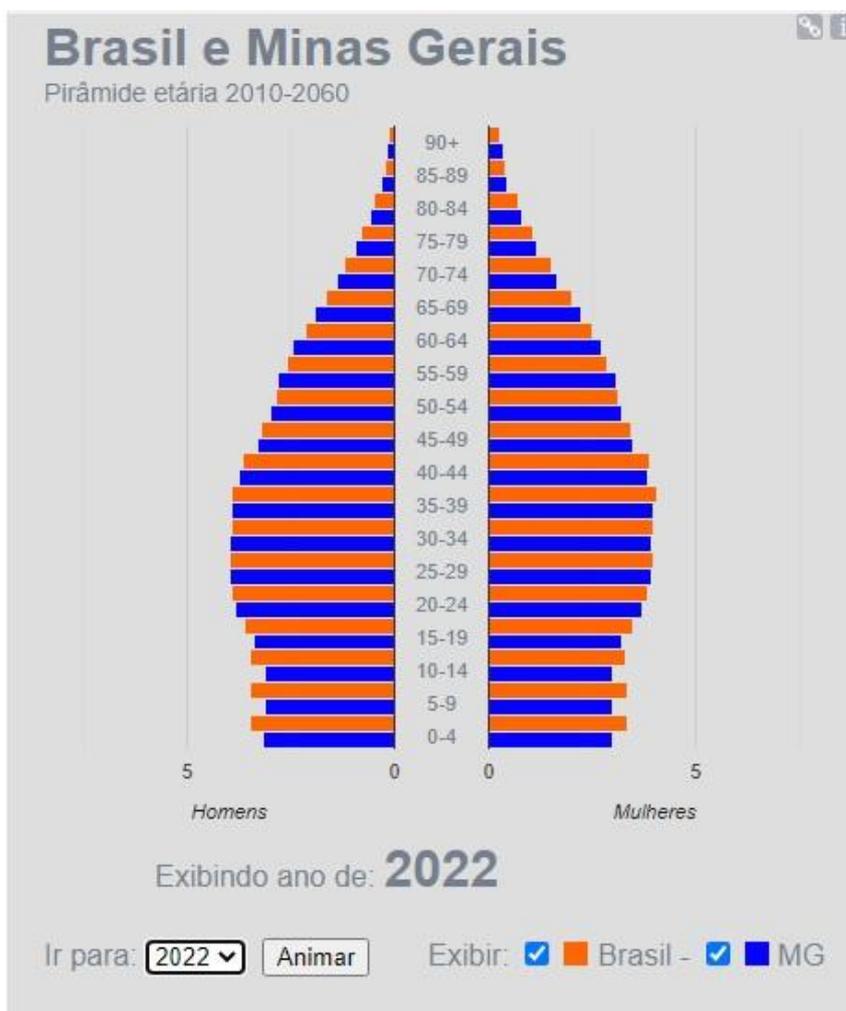
Figura 02: População brasileira total e grupos etários (em valores absolutos) 2010-2060.



Fonte: IBGE, 2018.

Através de uma simulação realizada pelo site do IBGE, é possível obter valores que mostram o avanço na idade de homens e mulheres no estado de Minas Gerais comparado ao Brasil no ano de 2022. A pirâmide etária entre 2010-2060 (Figura 03) mostra que há um achatamento da base inferior em relação ao meio, refletindo o crescimento da população de idade avançada.

Figura 03: Pirâmide etária comparativa Brasil/Minas Gerais entre 2010-2060.

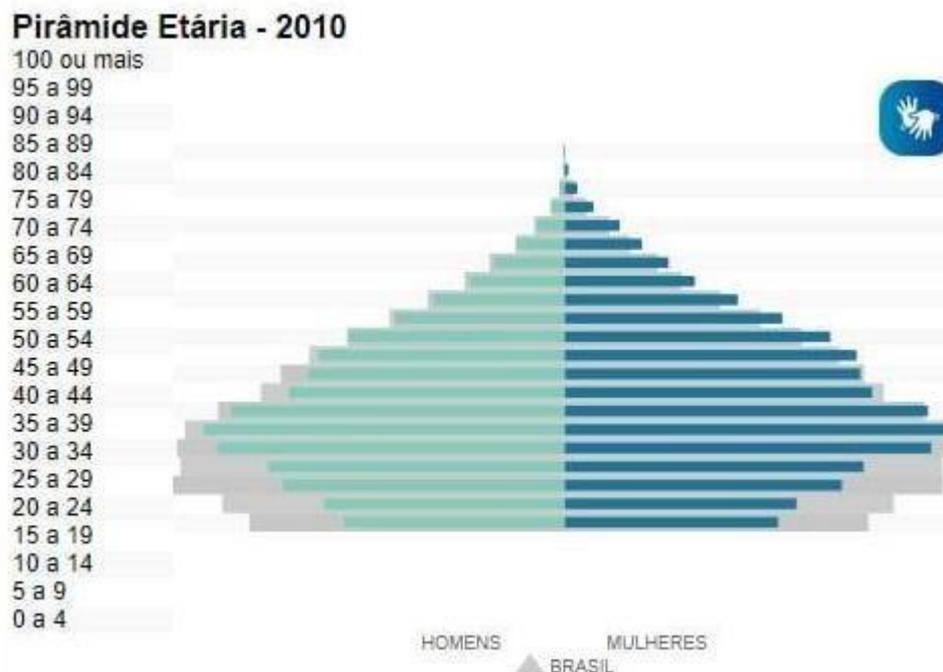


Fonte: IBGE, 2022.

A cidade de Belo Horizonte, localizada no Estado de Minas Gerais, possuía uma população de 2.375.151 milhões de habitantes, no ano de 2010, quando foi realizado o último censo. Conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, sua população estimada é de 2.530.701 milhões de habitantes.

A pirâmide (figura 04) mostra, através de faixas de cores azul claro e azul escuro, a projeção da quantidade de homens e mulheres e suas respectivas idades, no ano de 2010, em Belo Horizonte.

Figura 04: Pirâmide etária 2010 para população de Belo Horizonte (MG).



Fonte: IBGE Censo, 2010.

Com a progressão do quadro mundial de envelhecimento, é de fundamental importância conhecer quais são os fatores e como estes influenciam no processo de envelhecer, para que ações através de políticas possam ser realizadas, como orienta a Organização Mundial da Saúde (OMS)

O envelhecimento da população é um fenômeno global que exige ação local, regional, nacional e internacional. Em um mundo cada vez mais interligado, a omissão para lidar, de um modo sensato e em qualquer parte do mundo, com o imperativo demográfico e as mudanças rápidas nos padrões de doenças, terá consequências políticas e socioeconômicas em todos os lugares (OMS, 2015, p.45).

3.3.2 Concepções e relações do envelhecer

O documento da OMS (2015), ao tratar do envelhecimento ativo, toma por base o conceito de atividade, o qual está ligado a quatro pilares: (i) saúde (bem-estar biopsicossocial), (ii) participação (social – cidadania – cultural, espiritual), (iii) segurança/proteção e (iiii) aprendizagem ao longo da vida (aprendizado formal ou informal). Importante ressaltar que tais pilares podem acontecer simultaneamente na medida em que se apresentam ligados. Essa divisão é apenas conceitual.

O processo de envelhecimento, conforme Santos (2010), diz respeito às alterações biológicas, psicológicas e sociais que ocorrem no organismo. Com o avançar da idade, este processo aparece de forma mais evidente.

O envelhecimento fisiológico ou senescência, compreendida como capacidade de defesa contra as agressões dos meios interno e externo, provoca uma maior vulnerabilidade desse grupo da população e diminui a vitalidade do indivíduo (MORAES; MORAES, 2019). Quando falamos em envelhecimento, é inevitável que resgatemos em nosso repertório de registros conceituais muitas suposições e percepções. Trata-se de modelos fundamentados em características ultrapassadas, pois não há mais uma visão padronizada de idoso que o delinea como um indivíduo frágil, dependente e com perda de habilidades.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2015), a redução das habilidades frequentemente relacionadas ao envelhecimento nem sempre corresponde exatamente à progressão da idade cronológica. Existe uma relevância dos eventos no curso da vida que compõem a diversidade das capacidades e necessidades dos idosos. Mesmo que boa parcela destes indivíduos apresente variados problemas de saúde com o decorrer da idade isto não significa dependência. Fato perceptível nos dias atuais é a capacidade ativa que tal grupo desempenha na recente sociedade.

Segundo Moraes, Moraes e Lima (2010), o envelhecimento simboliza o conjunto de efeitos ou consequências da passagem do tempo. Ainda segundo os autores, a involução morfofuncional que afeta biologicamente os principais sistemas fisiológicos não é, invariavelmente, um fator que impeça o indivíduo de manter-se ativo. O processo do envelhecer é dividido em biológico e psíquico.

No âmbito biológico, o envelhecimento é caracterizado por um processo de mudanças nos sistemas funcionais provenientes do decorrer da vida. Santos (2010) caracteriza as alterações biológicas como as (i) morfológicas, reveladas por aparecimento de rugas, cabelos brancos e outras características; as (ii) fisiológicas relacionadas às alterações das funções orgânicas; as (iii) bioquímicas, as que estão diretamente

conectadas às transformações das reações químicas que se processam no organismo.

Já no âmbito psíquico, a utilização de princípios e valores transformados e adquiridos ao longo de sua caminhada faz deste momento uma chegada à independência de decisões caracterizada pela situação do se perceber de forma ativa. As alterações psicológicas ocorrem, na concepção de Santos (2010), quando no processo de envelhecer o ser humano necessita adaptar-se a cada situação nova da sua rotina.

Em associação, duas teorias conceptivas sustentam o modelo de definição de um envelhecimento baseado no bem-estar físico, social e mental. Uma (i) com foco nos seguintes aspectos: ciclo de vida e a existência de vários determinantes de ordem pessoal (fatores biológicos, genéticos e psicológicos), comportamentais (estilos de vida saudável e participação no cuidado da própria saúde), de ordem econômica (rendimentos, proteção social, oportunidades de trabalho digno), relativos ao meio físico (acessibilidade a serviços de transporte, moradias e vizinhança segura e apropriada, água limpa, ar puro e alimentos seguros), sociais (apoio social, educação e alfabetização, prevenção de violência e abuso) ponto. A outra (ii) com foco nos relativos aos serviços sociais e de saúde (RIBEIRO, 2012).

O processo de envelhecimento ocorre dentro de um contexto com todas essas questões apontadas no parágrafo anterior. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a participação ativa do indivíduo torna o envelhecimento ativo um processo de otimização das possibilidades de segurança, participação e saúde (OMS, 2015).

A participação social agrega a potencialidade de atividades relacionadas à esfera social, como o emprego, a vida política, a educação, as artes e a religião, nas quais medidas e programas objetivam aumentar o caráter contributivo das pessoas à sociedade. A segurança, por sua vez, carrega a concepção de proteção, dignidade e cuidados, relacionados especificamente às necessidades especiais da população idosa. A saúde contempla a associação bem-sucedida entre os fatores sociais, mentais e físicos (RIBEIRO, 2012).

O envelhecimento ativo, para Ribeiro (2012), frequentemente abordado nos conteúdos referentes à temática, é bastante complexo e resultante de uma combinação entre preocupações políticas, éticas e científicas. O autor cita a utilização do termo saudável na esfera biomédica e o termo bem-sucedido nas literaturas social e psicológica.

O envelhecimento ativo depende de uma variedade de fatores determinantes, os quais se aplicam à saúde de pessoas de todas as idades, apesar da ênfase aqui ser a saúde e a qualidade de vida dos idosos. Segundo a OMS (2015), não existe a possibilidade de atribuir uma causa direta a qualquer um dos fatores determinantes. Porém, as evidências substanciais sobre o que determina saúde sugerem que todos estes fatores e a relação entre eles são fortes indicativos de como indivíduos envelhecem. A base que sustenta o estar ativo, naqueles que se encontram no processo de idade avançada, é o bem-estar físico, mental e social, condição também incluída no conceito de saúde pela OMS.

Para Buss e Pellegrini Filho (2007), a concepção de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade, inserida na Constituição da OMS no momento de sua fundação, em 1948, é uma clara expressão de uma definição bem ampla da saúde, que ultrapassa um enfoque centrado na doença. Tal concepção de saúde inclui atividades sociais em que estes indivíduos estão inseridos e atuantes.

Segundo as pesquisas de Mari *et al.* (2016), o envelhecimento ativo está relacionado às questões de saúde e também ao bem-estar social. Em um estudo descritivo, no qual as pessoas relatam como se enxergam no processo de envelhecer, grande parte dos entrevistados demonstrou preocupação com o bem-estar físico e emocional associado à alimentação adequada e prática regular de atividade física.

A participação em atividades físicas regulares traz benefícios à saúde mental e frequentemente proporciona contatos sociais. A atividade física pode colaborar com pessoas idosas para que fiquem independentes o máximo possível, pelo período de tempo prolongado. Há importantes benefícios quando os idosos são fisicamente

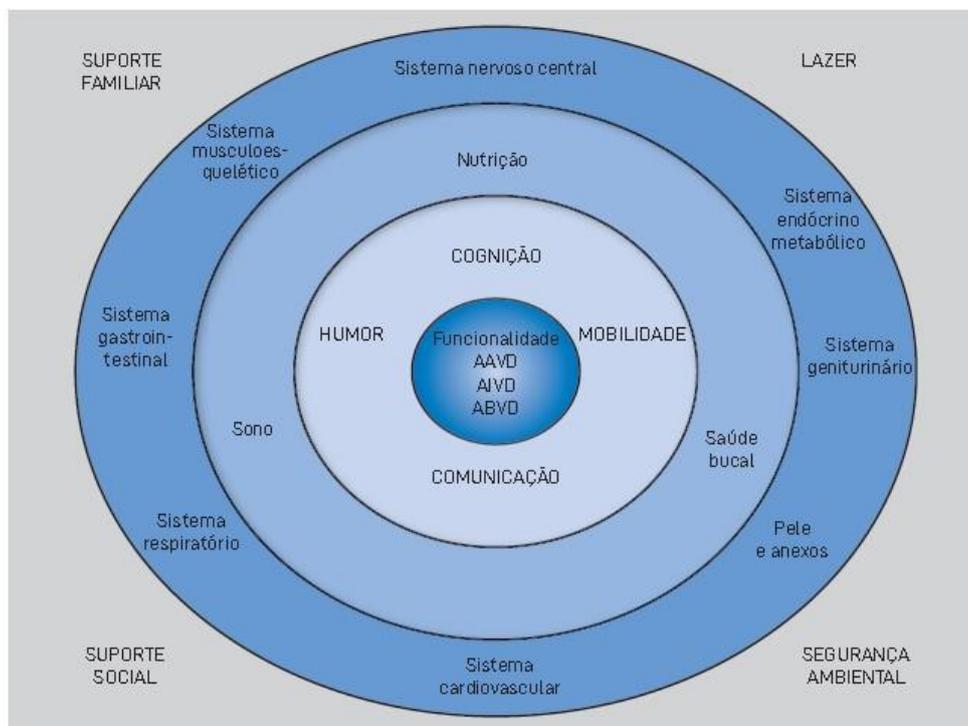
ativos. Um deles é a diminuição dos custos com assistência médica (OMS, 2015). Essa perspectiva obtida no estudo de Mari *et al.* (2016), no qual as pessoas relatam como se posicionam no processo de envelhecer, reflete o quanto os indivíduos estão conscientes que só a assistência médica não contempla a saúde de forma geral. A exemplo disso, Braveman *et al.* (2011) compõem uma pesquisa na qual revisam o conhecimento atual sobre os efeitos sociais sobre a saúde, objetivando incluir o monitoramento dos fatores sociais e não-médicos associados à saúde relativos às políticas ao longo de vidas e gerações.

Uma questão a ser destacada nestes estudos sobre indicadores não médicos e a influência sobre a saúde dos idosos é que os fatores como lazer e espaços públicos disponíveis para a experiência do lazer não são citados.

Diante dos conceitos apresentados, é possível sugerir que cada indivíduo transita no processo de envelhecimento de forma única e distinta, pois como afirmam Moraes e Moraes (2019), um novo marcador, resultante da combinação de fatores intrínsecos e fatores extrínsecos, denominado capacidade funcional, surge como âncora neste cenário. Indivíduos com as mesmas doenças podem ter capacidades funcionais absolutamente distintas um do outro. Essa capacidade funcional é a associação entre a capacidade física e mental, que inclui componentes psicológicos, componentes ambientais e contextuais. Essa associação sustenta o conceito de saúde da pessoa idosa (MORAES; MORAES, 2019), adotado nesta pesquisa.

A saúde da pessoa idosa deve ser concebida, na percepção destes autores, nessas múltiplas dimensões de fatores determinantes. Da mesma forma, devem ser percebidas as intervenções capazes de manutenção ou recuperação da autonomia dos idosos, como poder de decisão e independência, como capacidade de execução, conforme ilustração da Figura 05.

Figura 05. Multidimensionalidade da saúde do idoso.



Fonte: Moraes; Moraes, 2019.

Nota: AAVD: atividades avançadas de vida diária; AIVD: atividades instrumentais de vida diária; ABVD: atividades básicas de vida diária.

O principal objetivo das pesquisas sobre as relações entre determinantes sociais e saúde é o de estabelecer uma hierarquia de determinações entre os fatores mais gerais de natureza social, política e econômica e as mensurações através das quais esses fatores incidem sobre a situação de saúde de grupos e pessoas, já que a relação de determinação não é uma simples relação causal direta (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

As intervenções e o conhecimento sobre os Determinantes Sociais de Saúde, no Brasil, receberam relevante impulso com a criação da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. Segundo Buss e Pellegrini, em 2007

A criação da CNDSS é uma resposta ao movimento global em torno dos DSS desencadeado pela OMS, que em março de 2005 criou a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde (Commission on Social Determinants of Health - CSDH), com o objetivo de promover, em âmbito internacional, uma tomada de consciência sobre a importância dos determinantes sociais na situação de saúde de indivíduos e populações e sobre a necessidade do combate às iniquidades de saúde por eles geradas (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p.88).

A expressão “Determinante Social da Saúde” é amplamente utilizada com a finalidade de referência a variados fatores não médicos que interferem na saúde como comportamentos, atitudes, crenças ou conhecimentos. Braveman *et al.* (2011) atêm-se aos fatores que desempenham um papel causal mais essencial e representam possibilidades para melhoria da saúde. É importante observar que a redução do poder físico e também do poder aquisitivo pode interferir nas vivências sociais dos idosos. Isso ocorre, segundo Santos (2010) porque as relações sociais se modificam quando os idosos se aposentam do trabalho. A Figura 06 exemplifica esses fatores, de acordo com a OMS (2015).

Figura 06: Os determinantes do envelhecimento ativo.



Fonte: OMS, 2015.

Ferreira *et al.* (2020) se alinham à ideia de socialização ao compreenderem que participação social, convívio com amigos, atividades físicas diárias, atividades religiosas e autonomia em tarefas do cotidiano assim como atividades de lazer na companhia de parentes e amigos são fundamentais na contribuição de saúde e qualidade de vida do idoso. A pesquisa desses referidos autores teve o objetivo de identificar as atividades realizadas por idosos integrantes da Academia Carioca da Saúde (ACS) em seus cotidianos e analisar as contribuições de tais práticas para a saúde e qualidade de vida. Os autores sugerem que

O engajamento em atividades de socialização e lazer envolvendo familiares e amigos sofre influência das ações de promoção de interação que são

realizadas no ambiente do grupo da ACS, tais como passeios a teatros, museus, cinemas, parques, praias. Essas atividades afetam positivamente as pessoas, promovendo melhorias em seu bem-estar físico e psicológico. A convivência no grupo cria vínculos e quando inseridas no cotidiano, as atividades da ACS transformam hábitos, promovendo uma atitude ativa e positiva diante da vida (FERREIRA *et al.*, 2020, p.9).

Em acordo, Mari *et al.* (2016) apontam a importância do conhecimento sobre a maneira de vivência deste processo de envelhecimento para os planejamentos de políticas públicas que promovam a saúde aos idosos. Faz-se importante indicar questões sobre as condições para que se realizem as necessidades percebidas e um desenvolvimento simultâneo do indivíduo e do ambiente no qual ele se encontra.

Uma das necessidades apontadas na Figura 06 foi o lazer, um direito social integrante da rede de dimensões como segurança ambiental, suportes social e familiar, que condicionam a saúde do idoso no transcorrer do processo do envelhecer. Convém aqui lembrar que o espaço urbano influencia no processo de envelhecimento dos indivíduos que vivem nas grandes cidades. Nesse contexto, as praças das cidades são importantes porque frequentá-las faz parte de um dos tipos das atividades da vida diária dos idosos.

3.4 Idosos na praça

A praça é um elemento necessário à vida na cidade, e um espaço livre destinado à vivência da população com atividades destinadas ao lazer. A população, constituída dos diversos grupos sociais, exerce o direito ao lazer ao acessarem e se apropriarem destes espaços para a realização das mais variadas atividades da vida. Tais atividades compõem a vida diária de idosos que utilizam praças como forma de exercício da cidadania e como ferramenta para atender às suas necessidades.

As necessidades biopsicossociais, como o lazer, são parte integrante da rotina das atividades de vida diária (AVD) para que o indivíduo cuide de si e de sua própria vida. É importante a avaliação do funcionamento global do idoso nas atividades de vida

diária, que se subdividem em três categorias: (i) básicas⁶, (ii) instrumentais⁷ e (iii) avançadas.

As atividades avançadas de vida diária (AAVD) referem-se às atividades mais complexas, sejam elas produtivas, recreativas e/ou sociais, como por exemplo, a ida e permanência em espaços públicos de lazer. A realização das atividades de vida diária de forma independente e autônoma é viabilizada pela capacidade funcional, entendida como resultado do funcionamento integrado e harmonioso dos sistemas funcionais de cognição, humor, comunicação, comportamento e mobilidade (MORAES; MORAES, 2019).

Os espaços públicos de lazer são de extrema importância para a realização das atividades avançadas de vida diária pelos idosos, pois através da prática da atividade física e socialização ao ar livre, estes adquirem mais autonomia e independência. De acordo com Sugiyama e Thompson (2007), os benefícios de ficar ao ar livre, para idosos, transitam no que os autores conceituam de suporte ambiental, que é a somatória de ambiente com os fatores individuais. Esses autores indicam três abordagens: (i) foco na atividade do indivíduo, na capacidade de realização das atividades, (ii) foco nas necessidades dos indivíduos, o quanto e de que forma as necessidades são atendidas e (iii) foco nas características ambientais, recursos e demandas oferecidas pelas estruturas do ambiente.

Estas três abordagens são relevantes ao pensarmos nas praças como espaços públicos livres de lazer e ferramentas na promoção da qualidade de vida e saúde, para os idosos. Compreender como estas praças estão caracterizadas para atender

⁶ No entendimento de Moraes e Moraes (2019), as atividades básicas de vida diária (ABVD) são fundamentais para a autopreservação e sobrevivência do indivíduo e estão relacionadas às tarefas do cotidiano necessárias para o cuidado com corpo, como tomar banho, vestir-se, higiene pessoal (uso do banheiro), transferência (senta-se e levantar-se sozinho da banco de espaço público de lazer) e alimentar-se sozinho.

⁷ As atividades instrumentais de vida diária (AIVD) apresentam mais complexidade que as ABVC e indicam a capacidade do idoso de viver sozinho na comunidade, Moraes e Moraes (2019) incluem as atividades relacionadas ao cuidado doméstico ou dentro do domicílio, como, fazer compras, controle do dinheiro, uso do telefone, trabalhos domésticos, lavar e passar roupa, uso correto dos medicamentos e sair de casa sozinho.

às várias necessidades destes indivíduos, para que realizem suas atividades, é fundamental para proporcionar aos idosos uma manutenção na capacidade funcional. As características das praças impactam o acesso e a permanência do idoso neste espaço público de lazer, pois o idoso se encontra em um processo de alterações na marcha, equilíbrio e visão, (SHUMWAY-COOK; WOOLLACOTT, 2010), os quais afetam as formas como o idoso utiliza o espaço público de lazer.

A função de suporte do ambiente é importante para que os idosos permaneçam ativos e independentes. Vários estudos exploram as funções do suporte ambiental, entre elas, manutenção, estímulo e apoio. Uma forma de avaliar o apoio ambiental baseiase na avaliação das características ambientais. Vários instrumentos para avaliar o apoio ao meio ambiente foram desenvolvidos e relatados com base nas conclusões de estudos empíricos existentes (SUGIYAMA; THOMPSON, 2007).

Para os autores, uma vantagem deste tipo de medida é a sua ligação direta com o meio ambiente. Descobertas obtidas a partir de estudos que empregam tais instrumentos podem ser diretamente traduzidos em diretrizes de *design* e recomendações de políticas.

Portanto, elaborar um instrumento que avalie as características das estruturas das praças, divididas em categorias como acesso e permanência, é pensar em variáveis e suas condições para que o idoso acesse e permaneça neste espaço público de maneira autônoma e independente.

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa adotou abordagem quantitativa observacional.

Pesquisa quantitativa é aquela em que os resultados baseiam-se em dados objetivos e quantificáveis e, por isso, se distingue da pesquisa qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, as variáveis devem ser determinadas e a mensuração dos dados predita pelo próprio método, partindo de uma análise, frequentemente, mediada por algum critério matemático. A pesquisa quantitativa tem o objetivo de verificar estatisticamente uma hipótese a partir da coleta de dados concretos e quantificáveis. Os métodos de pesquisa quantitativa são geralmente implementados para concluir uma relação entre duas ou mais variáveis dentro de um público-alvo (MENEZES *et al.*, 2019).

Um estudo observacional é caracterizado por seu método estatístico e demográfico, tornando-se uma ferramenta amplamente utilizada em várias ciências. Neste tipo de estudo, o pesquisador não pode controlar uma variável independente das outras variáveis e nem adotar uma forma aleatória das unidades amostrais. Portanto, tratase de procedimentos feitos através de observação sistemática e periódica das unidades, sem a possibilidade de intervenção do pesquisador a fim de se obter os dados amostrais (COSTA; BARRETO, 2003).

A presente pesquisa se caracteriza como quantitativa pois foi desenvolvida através da observação e análise de variáveis pré-estabelecidas que constituíram uma escala de descrição. Os valores finais alcançados através das variáveis foram definidos pela média entre eles. O objetivo é alcançar um índice que represente uma associação de características de praças, através das categorias Acesso e Permanência, elaboradas considerando a faixa etária de idosos. Foi adotada também uma perspectiva observacional, na medida em que a pesquisadora não pôde controlar nenhuma variável, e por meio da observação das características, as variáveis foram registradas de forma sistemática, sem realizar nenhuma intervenção.

4.2 Objeto de estudo

A princípio, fez-se a construção de uma escala de descrição que foi aplicada em praças públicas, da Regional Pampulha, escolhidas com base nos seguintes critérios: (i) presença de Academia a Céu Aberto⁸ e (ii) área igual ou maior que de 1.000m². O primeiro critério baseou-se na proposta do programa da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), que tem como objetivo proporcionar aos indivíduos a prática da atividade física e socialização ao ar livre, dois aspectos de relevância na manutenção da capacidade funcional do idoso. Na pesquisa de Abade (2016), foi verificado que a maioria da população, que utilizava este programa, tem idade acima de 60 (sessenta) anos. Importante ressaltar, que o programa Academia a Céu Aberto, faz parte de uma política pública, que apresenta algumas fragilidades; como aponta Abade (2016), ao verificar a ausência de normas e diretrizes sistematizadas na gestão de tal programa. O segundo critério foi baseado em uma área mínima que garantisse a presença das variáveis necessárias para avaliação.

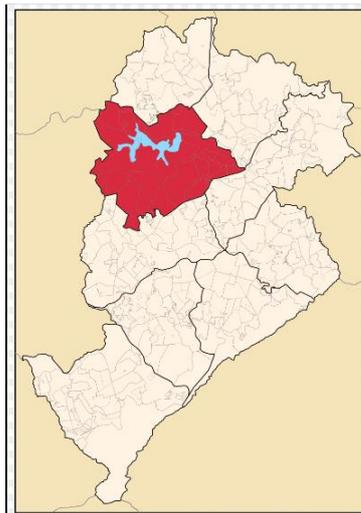
A escolha pela região da Pampulha se deve às funções que essa região possui desde sua idealização, em meados do século XX, primeiro como responsável pelo abastecimento e posteriormente, como área destinada às vivências do lazer. Se até os anos 1940 a região era formada por um conjunto de fazendas que fornecia alimentos para a capital (RIBEIRO, 2011), a partir desse momento ela passou por grande transformação pautada na busca pela modernização.

Foram criadas a Lagoa da Pampulha (inicialmente um reservatório de água) e as quatro unidades arquitetônicas: a Capela de São Francisco de Assis (popularmente conhecida como Igreja da Pampulha); o Cassino - atual Museu de Arte da Pampulha (MAP); a Casa do Baile e o late Golf Clube (VIANA, 2013). Diversos outros empreendimentos realizados ao longo da história transformaram essa região de Belo Horizonte como um local privilegiado para as vivências de lazer, presentes

⁸ O Programa Academia a Céu Aberto – ACA representa uma possibilidade para a prática de exercícios físicos ao ar livre e maior socialização da comunidade. Nas áreas públicas como praças, parques e canteiros, em vários locais da cidade, estão instalados mais de 400 conjuntos de aparelhos que são utilizados por pessoas de várias faixas etárias (PBH, 2020).

em suas regionais. A Regional Pampulha do município de Belo Horizonte (MG) (Mapa 01) é caracterizada com dados socioeconômicos distintos, que podem refletir nas características das praças presentes nesta regional.

Mapa 01: Localização Regional Pampulha – Belo Horizonte/MG



4.3 Coleta e tratamento de dados

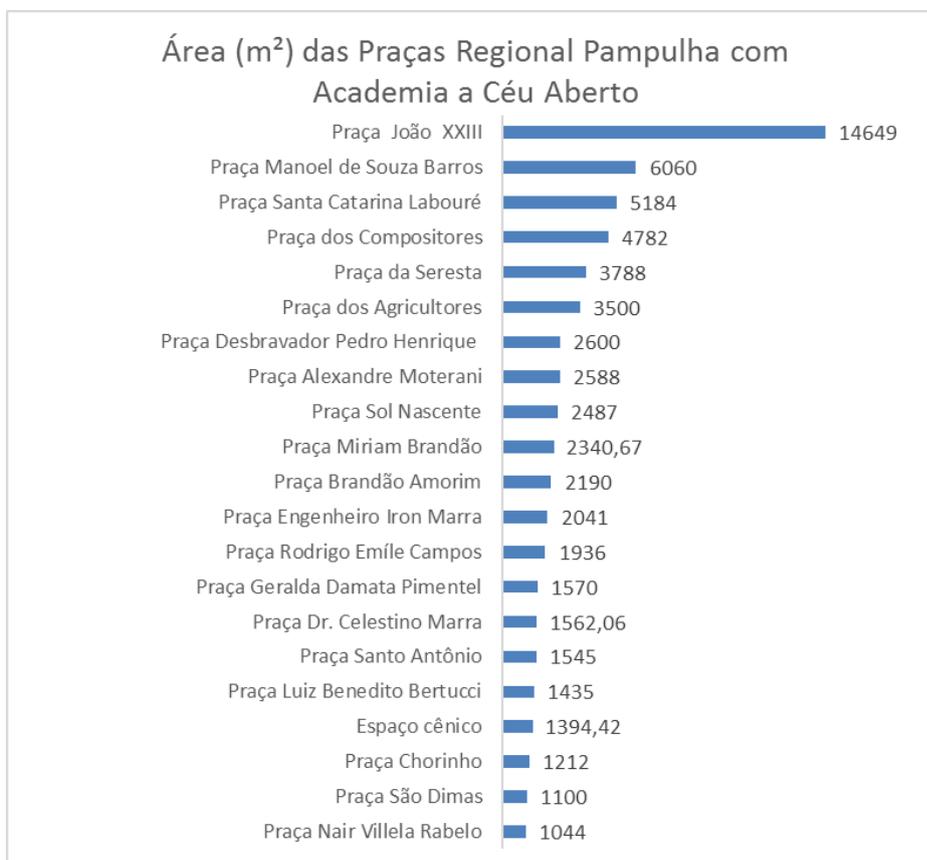
Para a realização dessa etapa, foram buscados inicialmente, na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, documentos acerca da existência e localização das Academias a Céu Aberto na cidade. Através do contato com a Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Lazer (DIEL), setor da prefeitura da cidade, foi obtida a relação de todas as localizações das Academias a Céu Aberto distribuídas nas regionais da cidade. Esta pesquisa, para que chegasse ao seu alvo, fez uso da relação de endereços pertencente à Regional Pampulha.

Seguidamente, após indicação da DIEL, realizou-se o contato com o setor de Gerência Regional de Manutenção (GERMA) o qual forneceu o documento “Praças e Áreas verdes Pampulha”. Neste documento consta a relação de espaços categorizados em canteiro central, rotatória, área verde, indefinida, talude e praça, com área (m²), endereços e bairros da Regional Pampulha.

Os espaços públicos que constavam no documento recebido foram selecionados com base na categorização “praça”, proposta por Robba e Macedo (2003), e sua respectiva área (m²). Os autores elucidam que os termos jardins urbanos, canteiros, rotatórias e taludes não podem ser concebidos como praças, pois não possuem programa social com atividades de lazer e recreação e não são acessíveis aos pedestres devido à localização junto às grandes artérias viárias.

Desta forma, foi selecionado um conjunto de 85 (oitenta e cinco) praças, ressaltando que 14 (catorze) delas se apresentavam como “Praça Sem Nome”. Após a seleção desse conjunto de praças, verificou-se em quais delas havia Academia a Céu Aberto, selecionadas então 30 (trinta) praças. Assim, de acordo com o estabelecido como critérios para recorte alvo da pesquisa, as 21 (vinte e uma) praças com presença de Academia a Céu Aberto e área igual ou maior a 1.000(m²), foram elencadas na figura 07.

Figura 07: Praças da Regional Pampulha com Academia a Céu Aberto e área (m²).



4.4 A construção do instrumento

Para se alcançar um índice que demonstre a caracterização de um espaço público de lazer para acesso e permanência de idosos, ou seja, um índice que represente o quanto estes espaços públicos de lazer estão caracterizados para que os idosos possam realizar suas atividades da vida diária de maneira autônoma e independente, foram determinadas variáveis relevantes na observação destes espaços, de acordo com a literatura especializada neste assunto.

Diante desse desafio, buscamos orientações em literatura de diferentes áreas do conhecimento, como arquitetura e urbanismo, mobilidade urbana e saúde. Tais orientações se somaram às que fundamentaram esta pesquisa: lazer, envelhecimento, espaços públicos e políticas públicas.

Na construção inicial do instrumento, foram elaboradas as categorias (i) Acesso e (ii) Permanência alcançadas após leitura de estudos, como Dorneles (2006) por exemplo, e reflexões sobre pesquisas na área de conhecimento em Arquitetura e Urbanismo com enfoque em necessidades espaciais para idosos em espaços públicos livres.

Esta construção inicial foi produto não só das leituras, mas também de visitas às praças próximas da residência da pesquisadora, pois, em um primeiro momento, o objetivo foi o de visualizar e entender os elementos constituintes de uma praça, para posteriormente compreender as necessidades do idoso nesse tipo de espaço. Essas praças, localizadas na Regional Oeste do município de Belo Horizonte (MG) (Mapa 02), foram alvo, não só da observação para a compreensão das necessidades do idoso neste espaço e seleção das variáveis a serem avaliadas, como também alvo para aplicação da primeira versão da escala de descrição.

Mapa 02: Localização Regional Oeste – Belo Horizonte/MG



Durante a fase de observação, em dias alternados, a pesquisadora visitava duas praças, (i) Academia a Céu Aberto Guaratã e (ii) Nelson César. Estas praças foram escolhidas por fazerem parte dos trajetos rotineiros feitos pela pesquisadora.

O primeiro aspecto percebido e vivenciado foi o acesso. As duas possuem formas de acesso muito diferenciadas. A praça denominada Academia a Céu Aberto Guaratã possuía mais características que não facilitavam o Acesso Não-Imediato. Observouse que essa praça não possuía ponto de embarque e desembarque de Transporte Público, o Tipo de Via do Entorno tem uma alta circulação de veículos em alta velocidade e a Travessia Adequada ao Tipo de Via estava danificada por conta de prejuízos causados pela chuva. Tudo isso obrigava os frequentadores a um deslocamento maior para que alcançassem a praça. Ao chegar no local, foram observadas estruturas como rampa, superfície no mesmo nível da rua, degrau e seus estados de conservação, aspectos relevantes para que os idosos a frequentem.

A praça Nelson César possuía ponto de embarque e desembarque de transporte público, o Tipo de Via do Entorno possuía intensa circulação de veículos e não havia Travessia Adequada ao Tipo de Via. Isso fez a pesquisadora perceber a importância da inclusão dessas variáveis na escala de descrição.

Em um segundo momento, a pesquisadora retornou às praças Academia a Céu Aberto e Nelson César com o objetivo de observar e registrar as estruturas que poderiam influenciar na permanência dos idosos nestes espaços públicos de lazer. Em horários diferentes, ao chegar nas praças, a pesquisadora se posicionava em vários locais diferentes para ampliar seu olhar.

Diante disso, além das duas praças possuírem estruturas como Local para Sentar, Pista de Locomoção e Cores, elas apresentaram uma diferença em relação à área específica para realização de atividades físicas. A praça Academia a Céu Aberto Guaratã, como o próprio nome já faz menção, possuía Academia a Céu Aberto e a praça Nelson César não. Este cenário foi importante para a pesquisadora entender que a presença de Academia a Céu Aberto, seria adotada como um critério de recorte das praças para o estudo. Posteriormente, a presença de Estações Fixas para Atividades Físicas seria uma variável inserida na escala de descrição. Cabe aqui explicar que esta variável diz respeito a uma área, além da Academia a Céu Aberto, destinada à prática de atividades físicas.

A praça Academia a Céu Aberto Guaratã continha uma área (m²) maior que a praça Nelson César, o que despertou na pesquisadora a necessidade de observar qual poderia ser o tamanho de uma área mínima para garantir que todas as variáveis que constituiriam a escala de descrição estivessem presentes nas praças. Isso fez com que a área (m²) se tornasse outro critério para recorte das praças alvo da pesquisa.

Ao permanecer nas praças, a pesquisadora notou que, além das diferenças de acessos e estruturas para permanência, elas apresentavam públicos frequentadores diferentes. A praça Academia a Céu Aberto Guaratã estava sendo frequentada por pessoas de famílias vizinhas que residiam nas ruas do entorno. Após alguns dias frequentando esta praça, a pesquisadora foi recebida de uma forma receptiva por uma dessas famílias e se estabeleceu um diálogo sobre os fatores motivacionais para o acesso e permanência, assim como relatos sobre a manutenção do espaço público de lazer adotado pela população que residia nas proximidades.

Já na praça Nelson César, a pesquisadora percebeu o uso e apropriação da praça por públicos diferentes. Os indivíduos que a frequentavam eram jovens estudantes, pessoas com bichos de estimação, praticantes de atividades físicas. Isso possibilitou à pesquisadora supor que os indivíduos utilizavam aquele espaço público de maneira temporária.

Tal diferença foi um aspecto registrado pela pesquisadora. A praça Academia a Céu Aberto Guaratã era um espaço utilizado pela população residente nas proximidades como um local de encontro, socialização e também destinado à realização das atividades da vida diária. A praça Nelson César era um espaço utilizado por indivíduos que ali não estabeleciam relações entre eles e com o ambiente.

Todo esse cenário foi registrado pela pesquisadora. Em discussão com os orientadores, foram estruturadas e determinadas as variáveis com possibilidades de avaliação, que constituíram as categorias. Assim, as categorias Acesso e Permanência foram estruturadas a partir da vivência pessoal da pesquisadora associada ao referencial teórico que contribuiu para o entendimento.

Em um primeiro momento, com o objetivo de teste da elaboração inicial do índice, esta escala de descrição foi aplicada nessas duas praças localizadas em uma regional diferente da regional alvo desta pesquisa. Neste processo, com exercício de observações, ajustes foram realizados continuamente. Em uma primeira versão desta escala foi inserida a categoria segurança com as variáveis: (i) ausência de obstruções, (ii) visibilidade de fora para dentro, (iii) iluminação adequada e (iv) proximidade de posto de polícia. Porém, devido à dificuldade em se mensurar tais variáveis, optou-se pela retirada dessa categoria da escala de descrição.

A variável cores, componente da categoria Permanência, na primeira versão da escala, não foi subdividida nas condições: (i) sinalização de estruturas para diferentes fins; (ii) auxílio na locomoção - caminho; (iii) auxílio na locomoção - separação horizontal - vertical.

A categoria Acesso é importante para nos mostrar as características que possibilitam um bom movimento, deslocamento e livre fluxo em áreas de circulação. A subcategoria Acesso Imediato e locomoção, por sua vez, nos mostra o quanto as variáveis superfície e suas variações, como plana, rampa, presença de degraus, presença de corrimãos contribuem de maneira mais efetiva para o deslocamento do idoso (BINS ELY; DORNELES, 2006). Juntamente, encontram-se na subcategoria Acesso Não-Imediato variáveis como transporte público, travessia adequada ao tipo de via, área para estacionar veículos particulares e tipo de via do entorno, tratadas como essenciais conforme cita Dorneles, Bins Ely e Pedroso (2006) no aspecto acessibilidade para o idoso em um espaço público de lazer.

A categoria Permanência possui importância por mostrar o quanto a participação em atividades e utilização dos equipamentos com uma configuração espacial possibilitam uma aproximação e presença do indivíduo idoso no espaço público de lazer. No conjunto da categoria permanência encontram-se variáveis como bebedouro, local para sentar, estações fixas com áreas específicas para atividades físicas, tratadas no estudo de Dorneles, Bins Ely e Pedroso (2006). Em diálogo com esses autores, Dorneles (2006) aponta a importância da variável de cores distintas para estruturas com funções diferentes, abordada nesta pesquisa.

Bancos com encostos e proteções, com altura de no mínimo 45 cm, reduzem o esforço do idoso ao sentar-se e levantar-se, bebedouros feitos com material que não aquecem quando expostos ao sol e de fácil acionamento, banheiros com limpeza adequada favorecem a permanência do idoso no espaço público de lazer. A presença de cores diferenciadas para que o idoso possa receber, processar e organizar as informações sobre estruturas com posições horizontais e verticais, por exemplo, (DORNELES, 2006) também é importante.

Fundamentada nestes aspectos citados anteriormente, a construção inicial da escala de descrição (Tabela 01) ocorreu com as variáveis pontuadas em conexão com o referencial teórico de Salvador *et al.* (2009), entre outros, que realizaram a avaliação do ambiente por meio de escala de percepção adaptada do instrumento escala para avaliar as características do ambiente para a mobilidade.

Tabela 01
Escala de descrição para elaboração do índice dos espaços públicos de lazer

Categories	Variáveis		Número de ocorrências	Pontuação	Total	
Acesso Imediato e locomoção	Superfície	plana, preservada		1,00		
		plana, danificada		0,50		
		rampa com corrimão, preservada		1,00		
		rampa com corrimão, danificada		0,50		
		rampa sem corrimão, preservada		0,50		
		rampa sem corrimão, danificada		0,25		
		degrau com corrimão, preservado		0,50		
		degrau com corrimão, danificado		0,25		
		degrau sem corrimão, preservado		0,25		
		degrau sem corrimão, danificado		0,00		
	Total					
Acesso Não-Imediato	Transporte público			1,00		
	Travessia adequada ao tipo de via			1,00		
	Área para estacionar veículos particulares			1,00		
	Tipo de via do entorno			1,00		
	Total					
Condições de permanência	Local para Sentar	com encosto, com proteção, preservado		1,00		
		com encosto, com proteção, danificado		0,50		
		com encosto, sem proteção, preservado		0,50		
		com encosto, sem proteção, danificado		0,25		
		sem encosto, com proteção, preservado		0,50		
		sem encosto, com proteção, danificado		0,25		
		sem encosto, sem proteção, preservado		0,25		
		sem encosto, sem proteção, danificado		0,00		
		Total				
	Bebedouro	material adequado, preservado		1,00		
		material adequado, danificado		0,00		
		material inadequado, preservado		0,50		
		material inadequado, danificado		0,00		
		Total				
	Banheiro	limpo, preservado		1,00		
		limpo, danificado		0,00		
		sujo, preservado		0,50		
		sujo, danificado		0,00		
		Total				
	Cores	presentes para sinalizar estruturas para diferentes fins		1,00		
		ausentes para sinalizar estruturas para diferentes fins		0,00		
		presentes para auxiliar na locomoção - caminho		1,00		
		ausentes para auxiliar na locomoção - caminho		0,00		
		presentes para auxiliar na locomoção - separação horizontal-vertical		1,00		
		ausentes para auxiliar na locomoção - separação horizontal-vertical		0,00		
		Total				
	Estações Fixas - Atividades Físicas	área específica, preservada		1,00		
		área específica, danificada		0,50		
		sem área específica, preservada		0,50		
		sem área específica, danificada		0,00		
		Total				
	Pista de Locomoção	separada, preservada		1,00		
		separada, danificada		0,50		
		sem estar separada, preservada		0,50		
		sem estar separada, danificada		0,00		
		Total				
					ÍNDICE	

A escala de descrição, representada na Tabela 01, traz as pontuações recebidas pelas variáveis que constituem as categorias Acesso e Permanência que formam o

Índice Geral. A primeira coluna da escala de descrição (Tabela 01), denominada categorias, apresenta as condições de Acesso Imediato, Acesso Não-Imediato e Permanência.

Na segunda coluna da escala de descrição (Tabela 01), denominada variáveis, são apresentadas suas descrições e condições de preservação. As classificações relacionadas a tais condições são: a preservada, que oferece qualidade para utilização e a danificada, que retrata um estado que impossibilite a utilização de variável correspondente.

A terceira coluna da escala de descrição (Tabela 01), denominada número de ocorrências, representa o número de variáveis em determinado espaço público livre de lazer. O estado de preservação dessas variáveis é importante na representatividade das estruturas observadas dentro de cada categoria.

O valor referente a cada variável, com seu estado de preservação, se encontra na quarta coluna da escala de descrição (Tabela 01), denominada pontuação. Este valor representa a somatória de condições para utilização da variável, considerando o valor 1 a pontuação máxima com 100% das condições necessárias. O valor 0,50 apresenta 50% das condições, quando a variável não apresenta uma das condições para o uso, e o valor 0,25 demonstra 25% das mesmas, apresentando uma condição apenas para a utilização e; por último, o valor 0 como inviabilidade de utilização e ausência das variáveis.

Na quinta coluna da escala de descrição (Tabela 01), denominada total, é feita a média entre estes valores para obtenção do valor final de cada variável e assim se alcançar um índice com a média final entre estes valores das variáveis das respectivas categorias, Acesso e Permanência. O valor obtido por cada variável e sua condição, explicado no parágrafo anterior, multiplicado pelo número de ocorrências em um determinado espaço público de lazer, resulta no valor total. Importante ressaltar que não há um valor ideal para este índice alcançado e que, inicialmente, a proposta é alcançá-lo podendo, posteriormente, gerar um método comparativo entre os espaços públicos de lazer analisados.

4.5 Coleta e tratamento de dados a partir das observações realizadas

As 21 (vinte e uma) praças que constituíram o universo desta pesquisa foram agrupadas de acordo com a proximidade geográfica para que a visita, observação e aplicação da escala de descrição acontecessem na mesma data.

Durante o mês de maio do ano de 2022, foi realizado todo o processo de visita, observação e aplicação da escala de descrição nas praças. Foram também realizadas anotações e imagens pela pesquisadora.

Com as anotações realizadas e imagens analisadas, foi preenchida a escala de descrição de cada uma das 21 (vinte e uma) praças, em formato de uma planilha de Excel para que os números registrados de ocorrências fossem se transformando em um resultado que expressasse as condições da variável observada. A seguir, os valores alcançados foram analisados comparativamente e interpretados levando em consideração cada variável. Todo esse processo se encontra no tópico Resultados e Discussão.

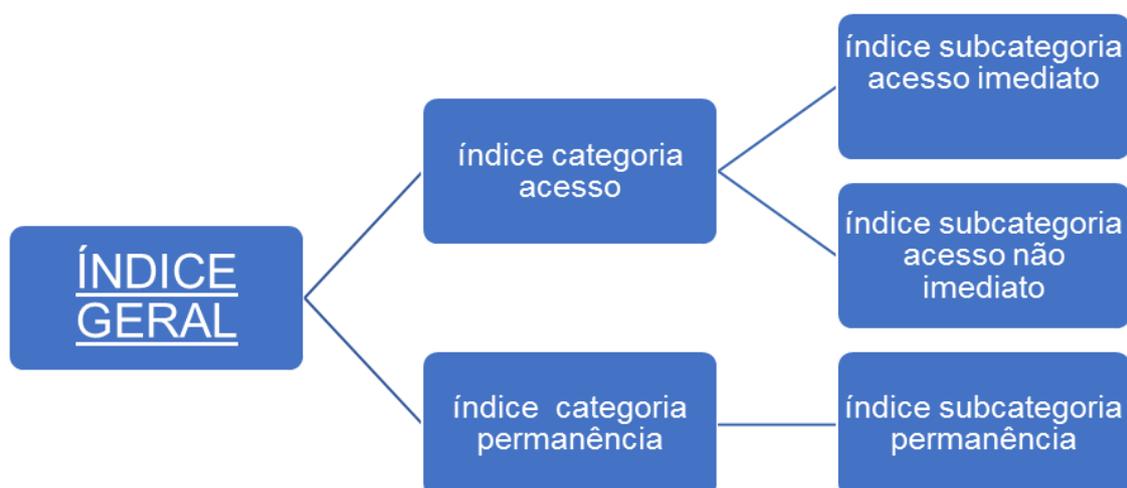
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o processo de construção da escala de descrição e das visitas nas praças para observá-las através dessa escala, foram feitas observações e anotações. As características das praças foram transformadas em valores tratados pelas ferramentas do Excel e serão apresentados, analisados e discutidos a seguir. O índice geral é a associação das características que, neste estudo, compreendemos serem relevantes como suporte ambiental nas praças para idosos. Tais características, denominadas variáveis, foram agrupadas em categorias como acesso e permanência, para compor o índice geral. Este índice é resultante da média entre os índices das categorias, estes resultantes da média dos índices das subcategorias, e por último, os índices das variáveis que os compõem, serão apresentados nesta sequência.

5.1 Índice Geral

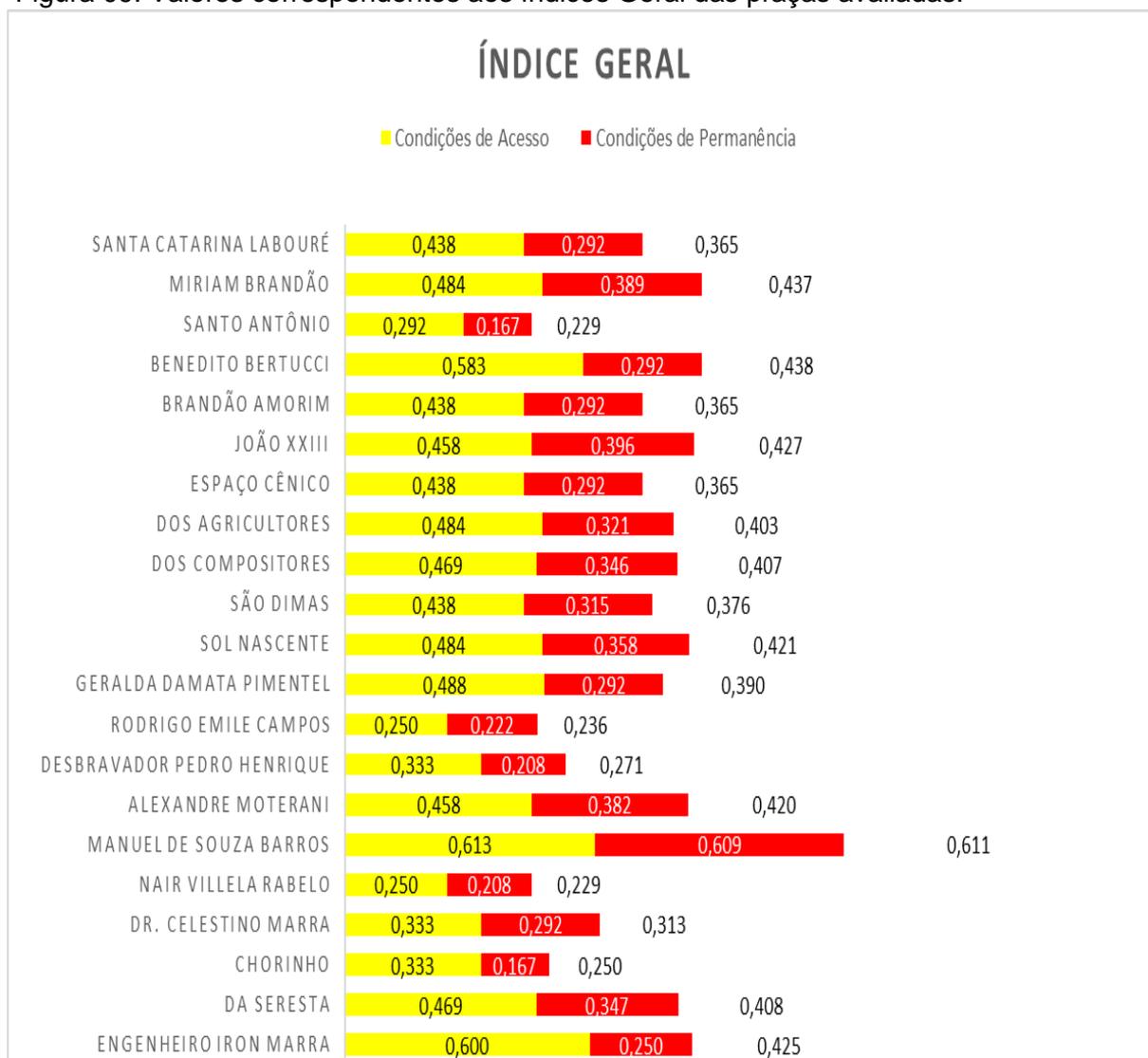
O Índice Geral é composto pelas categorias Acesso e Permanência.

Figura 08: Organograma da composição do Índice Geral, com categorias e subcategorias.



A figura 09 mostra os valores dos índices gerais atingidos pelas 21 (vinte e uma) praças avaliadas nesta pesquisa, apresentados pela composição das categorias Acesso e Permanência.

Figura 09: Valores correspondentes aos índices Geral das praças avaliadas.



Na figura 09, estão representados os valores do Índice Geral, de cada praça, e os valores das categorias que os constituem. A praça Manoel de Souza Barros recebeu a maior pontuação (0,611), devido aos maiores valores alcançados tanto na categoria Acesso (0,613) como na categoria Permanência (0,609).

As praças Santa Catarina Labouré, Brandão Amorim e Espaço Cênico com valores de índices gerais iguais a 0,365, também receberam a mesma pontuação nas categorias Acesso (0,438) e Permanência (0,292).

Os valores mais baixos do Índice Geral foram registrados pelas praças Nair Villela Rabelo, com presença da variável Local para Sentar e Santo Antônio, com presença da variável rampa preservada sem corrimão, iguais a 0,229, a praça Nair Villela Rabelo recebeu uma pontuação maior (0,208) na categoria Permanência, enquanto a praça Santo Antônio alcançou maior valor (0,292) na categoria Acesso.

Apenas a praça Manoel de Souza Barros apresentou um valor acima de 50% do valor máximo do Índice Geral. Compreendemos então que as 21 (vinte uma) praças avaliadas, de maneira geral, não apresentam características e condições que, neste estudo, apontamos como importantes para a realização de atividades da vida diária de um idoso, de forma autônoma e independente. As praças Nair Villela Rabelo e Santo Antônio receberam os valores mais baixos do Índice Geral, reflexos de condições precárias de acesso e permanência. Garantir que as praças tenham condições adequadas de acesso e permanência é possibilitar que as mesmas possam exercer a função histórica na sociedade, em geral.

As praças do país sempre foram espaço para lazer. Robba e Macedo (2002) descrevem a trajetória da presença do lazer nas praças desde a época colonial. Segundo os autores, mesmo com alterações nas funções, a recreação, o lazer contemplativo e o lazer ativo estavam sempre presentes nas áreas livres de lazer. Lembrando que, Mendes (2014) expande a perspectiva na qual, o lazer contemplativo não deve ser combatido, pois é importante também pensar que o lazer ativo não deve ser compreendido apenas como as práticas corporais medicalizadas voltadas para determinados padrões corporais em busca de saúde. A saúde é algo que a população, de maneira geral, vem buscando nas cidades em desenvolvimento.

O crescimento das cidades e o desenvolvimento urbano sem planejamento têm colaborado para o surgimento dos grandes centros urbanos, com bairros ou

aglomerados de pessoas longe dos centros comerciais Sales *et al.* (2020). Este cenário altera as configurações dos espaços públicos de lazer e suas formas de acessibilidade. Observamos que as praças da Regional Pampulha refletem esta configuração geral dos centros urbanos, visto que somente duas praças ficaram com valores acima de 0,5 na categoria Acesso.

Para Robba e Macedo (2002), nas metrópoles de grande porte, o espaço livre urbano tem suas funções modificadas a todo tempo com o crescimento urbano com o objetivo de manter a qualidade ambiental urbana. Os autores apontam valores fundamentais destes espaços, entre eles os valores funcionais das praças, o que as tornam uma das mais importantes opções de lazer da população. Esta opção por atividades de lazer em áreas livres públicas de lazer, é abordada pelos idosos entrevistados na pesquisa de Dorneles (2006), sobre acesso de idosos em áreas livres públicas de lazer e suas estruturas. O acesso e estrutura são uns dos principais fatores motivacionais para o ingresso e a permanência dos idosos em espaços públicos de lazer (TAVARES *et al.*, 2021).

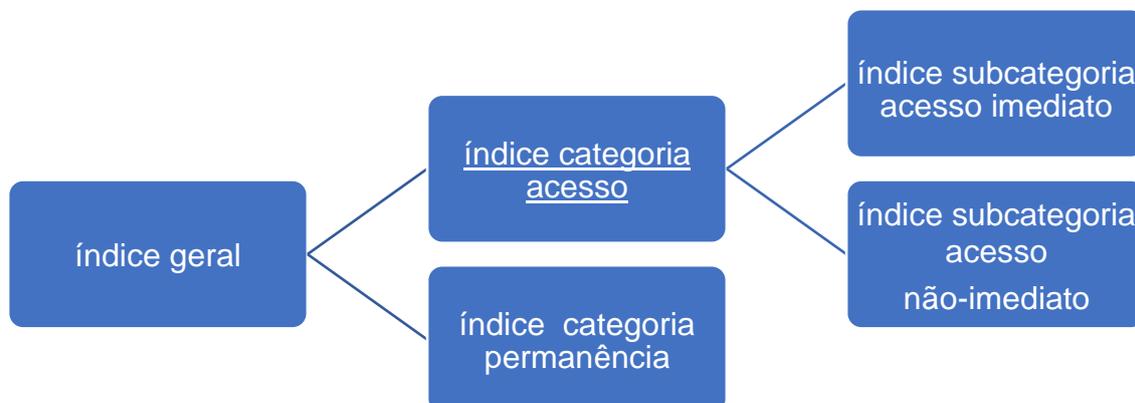
Com base no exposto, compreendemos a dinamicidade do papel das praças, apontado por Robba e Macedo (2002), e que existe uma demanda por parte do público-alvo, segundo Dornelles (2006); porém as praças não têm se materializado de maneira a atender ao que é colocado.

Como observado, as praças da Regional Pampulha não contemplam as demandas do público idoso. Para melhor compreender os fatores associados aos índices gerais com valores baixos, discutiremos as categorias Acesso e Permanência separadamente, a seguir.

5.2 *Índice categoria Acesso*

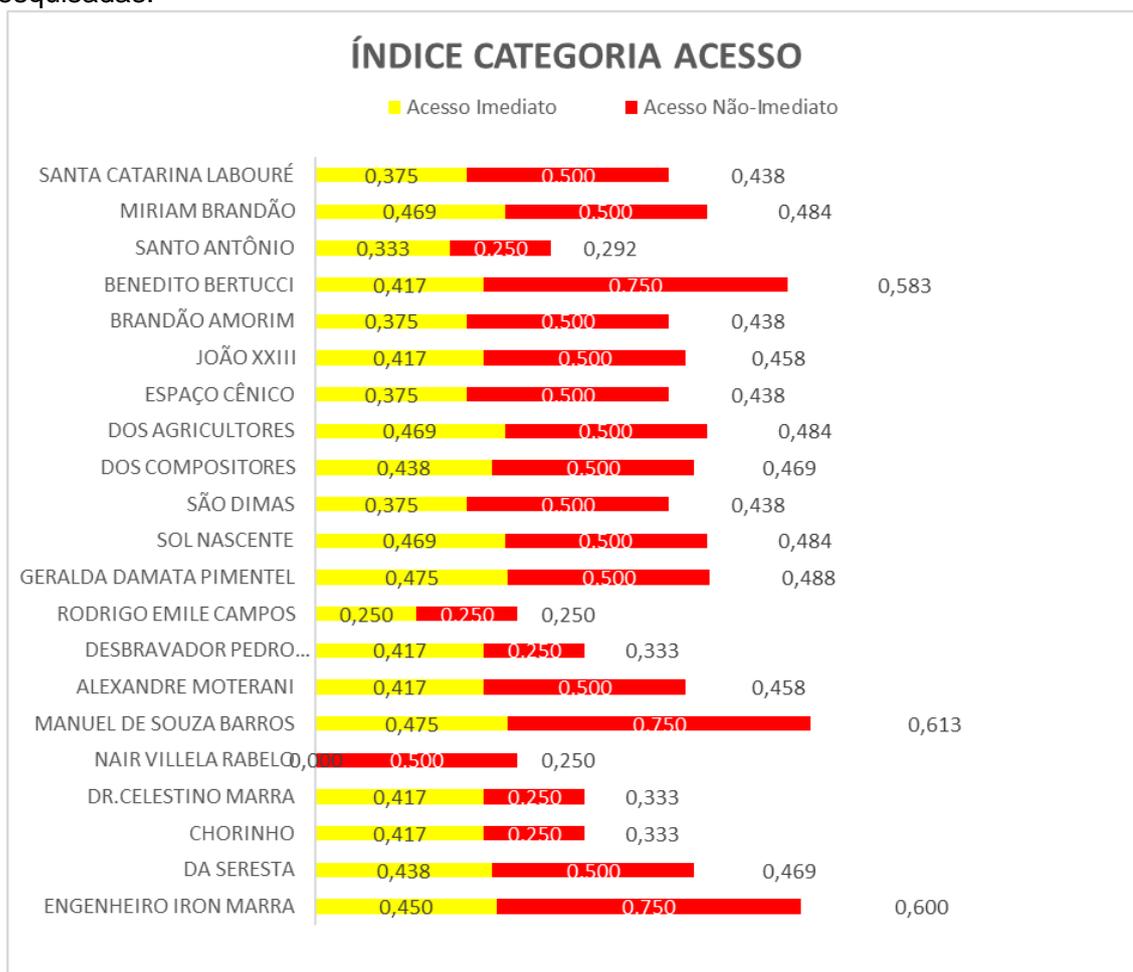
A categoria Acesso representa a chegada até à praça e a entrada, de maneira direta, na praça. Esta categoria é composta por duas subcategorias: (i) Acesso Imediato e (ii) Acesso Não-Imediato.

Figura 10: Organograma da composição do Índice Geral, com categorias e subcategorias. Em destaque, o Índice da categoria Acesso.



A figura 11 mostra os valores dos índices alcançados pelas 21 (vinte e uma) praças, escopo desta pesquisa, na categoria Acesso, composta pelas subcategorias Acesso Imediato e Acesso Não-Imediato, apresentadas na mesma figura.

Figura 11: Valores correspondentes aos índices da categoria Acesso das praças pesquisadas.



Na figura 11 estão apresentados os valores dos índices alcançados pelas praças, na categoria Acesso, com os valores das subcategorias que a compõe. Dezoito (18) praças apresentaram valores dos índices da presente categoria, abaixo de 50%, do valor total do índice da categoria. Tal fato representa uma ausência de uma das condições para utilização destes espaços pela população idosa.

A praça Manoel de Souza Barros apresentou maior pontuação (0,613), seguida pela praça Engenheiro Iron Marra (0,600), como demonstra a figura 11. A diferença obtida pela primeira em relação à segunda foi de 0,013. Essa diferença ocorreu na subcategoria Acesso Imediato na qual a praça Manuel de Souza Barros alcançou a pontuação de 0,475, por possuir o maior número (9) de ocorrências da variável rampa sem corrimão preservada mostradas nas figuras 12 e 13.

Figura 12: Rampa sem corrimão preservada, na praça Manoel de Souza Barros.



Figura 13: Rampa sem corrimão preservada, na praça Engenheiro Iron Marra.



Todas as praças que constam na figura 11, com valores iguais entre si, dos índices desta categoria, apresentaram pontuações iguais nas subcategorias, Acesso Imediato e Acesso Não-Imediato: (i) as praças Miriam Brandão, dos Agricultores e Sol Nascente obtiveram valores iguais a 0,469 e 0,5; (ii) as praças dos Compositores

e da Seresta alcançaram valores iguais a 0,438 e 0,5; (iii) as praças João XXIII e Alexandre Moterani receberam pontuação de 0,417 e 0,5; (iv) as praças Santa Catarina Labouré, Brandão Amorim, Espaço Cênico e São Dimas pontuaram 0,375 e 0,5 e as praças Desbravador Pedro Henrique, Dr. Celestino Marra e Chorinho apresentaram valores iguais a 0,417 e 0,25, respectivamente.

Apenas as praças Nair Villela Rabelo e Rodrigo Emíle Campos, com valores iguais (0,250) na presente categoria, receberam valores diferentes nas subcategorias. A primeira recebeu pontuação maior (0,5) na subcategoria Acesso Não-Imediato, devido à presença da variável Transporte Público (Figura 14). Já a segunda obteve maior valor (0,25) na subcategoria Acesso Imediato (Figura 15); porém alcançaram igualdade na resultante do índice final (0,25).

Figura 14: Transporte Público, na praça Nair Villela Rabelo.



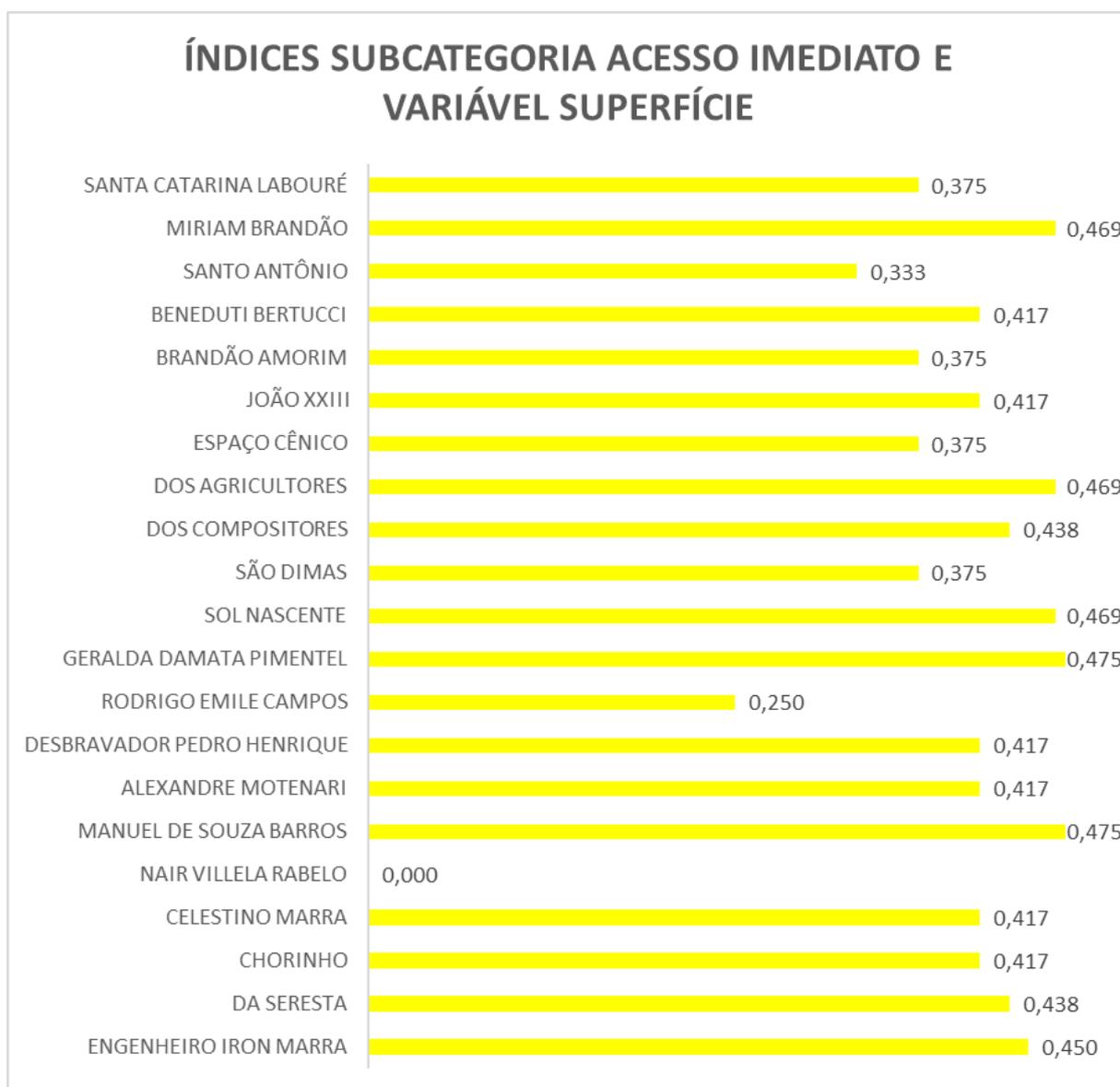
Figura 15: Degrau sem corrimão preservado, na praça Rodrigo Emíle Campos.



5.2.1 Índice subcategoria Acesso Imediato

A figura 16 mostra que os valores dos índices na subcategoria Acesso Imediato são os mesmos valores alcançados na variável Superfície, pois somente esta variável compõe tal subcategoria.

Figura 16: Valores correspondentes aos índices da subcategoria Acesso Imediato e da variável Superfície das praças pesquisadas.



É relevante observar que nenhuma das praças avaliadas recebeu pontuação igual ou maior que a 50% do valor total do índice nesta subcategoria, e por consequência, na variável que a compõe. Isto mostra que a variável Superfície, das praças não apresentavam pelo menos uma das condições, compreendidas neste trabalho, como necessárias para a utilização pelos idosos.

As praças Geralda Damata Pimentel (Figura 17) e Manoel de Souza Barros (Figura

12) foram classificadas igualmente com os maiores valores 0,475 na subcategoria Acesso Imediato, com o mesmo número de ocorrências e condições das variáveis, rampa (9) e degrau (1) sem corrimão e ambos preservados.

Figura 17: Rampa sem corrimão, preservada; na praça Geralda Damata Pimentel.



Já as praças Sol Nascente, dos Agricultores e Míriam Brandão alcançaram o valor de 0,469 devido ao menor número (7) de ocorrências na variável rampa sem corrimão preservada.

As praças dos Compositores e da Seresta alcançaram valores iguais destes índices (0,438), resultantes do mesmo número de ocorrências das variáveis em iguais condições, rampa (3) sem corrimão preservada e degrau (1) sem corrimão preservado. De acordo com os valores referentes ao Acesso Imediato, até o momento, percebemos que a entrada nas praças, de maneira direta, não é tratada como uma necessidade primária.

Tratar da acessibilidade dos idosos é uma necessidade primária quando pensamos em um espaço público de lazer, pois “praças são espaços livres de edificações, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.17). Um dos motivos apresentados pelos idosos participantes do estudo de Dorneles (2006), que os atraem às áreas livres públicas de lazer, é o acesso facilitado, condição não apresentada pelas praças analisadas, como seguem nos resultados apresentados.

As praças Luiz Benedito Bertucci, João XXIII, Desbravador Pedro Henrique, Alexandre Moterani, Dr. Celestino Marra e Chorinho, conforme a figura 16 mostraram valores de índice da variável Superfície iguais (0,417) devido ao mesmo número de ocorrências da variável em condições iguais. Isso se deve à presença do mesmo número (2) de rampas sem corrimão preservadas e um degrau sem corrimão preservado.

As praças São Dimas, Espaço Cênico, Brandão Amorim e Santa Catarina Labouré apresentaram valores iguais a 0,375 nas condições da variável Superfície. Isso ocorre porque as praças São Dimas, Espaço Cênico e Brandão Amorim possuem, cada uma delas, uma rampa sem corrimão preservada. Já a praça Santa Catarina Labouré apresenta duas rampas sem corrimão preservadas e uma rampa sem corrimão danificada (Figura 18), o que a fez obter uma pontuação igual às demais praças aqui citadas.

Figura 18: Rampa sem corrimão, danificada; na praça Santa Catarina Labouré.



Na figura 16, observou-se que três praças, Nair Villela Rabelo, Rodrigo Emíle Campos e Santo Antônio, obtiveram os 3 índices mais baixos. A praça Santo Antônio apresentou o índice maior (0,333) com relação às praças Nair Villela Rabelo e Rodrigo Emíle Campos pelo fato de obter uma rampa sem corrimão preservada (Figura 19), diferentemente das outras que não possuíam rampas.

Figura 19: Rampa sem corrimão, preservada; na praça Santo Antônio.



Com degrau sem corrimão danificado e nenhuma rampa de acesso ou superfície plana, a praça Nair Villela Rabelo (Figura 20) recebeu a pontuação 0 (zero), a classificação mais baixa na subcategoria Acesso Imediato.

Figura 20: Degrau sem corrimão, danificado na praça Nair Villela Rabelo.

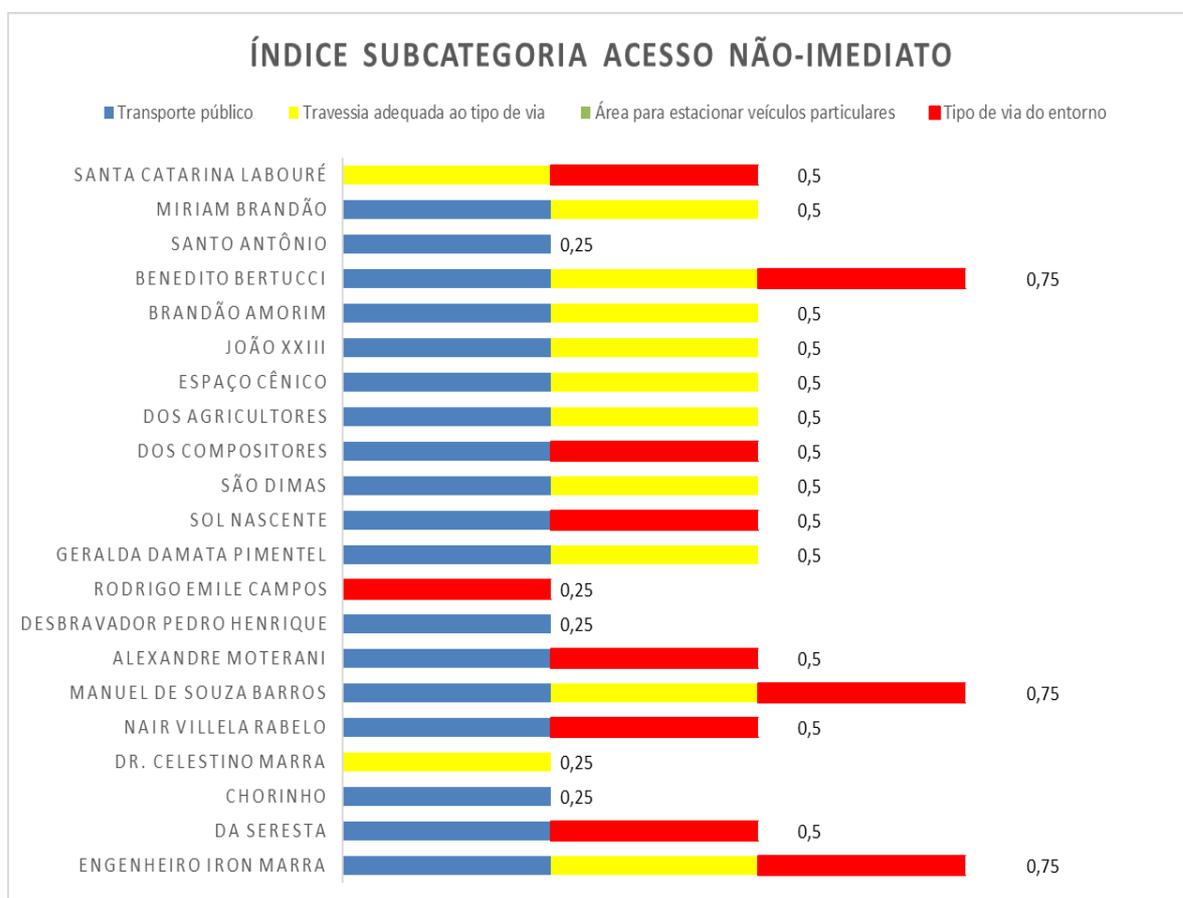


Segundo Dorneles (2006), os espaços públicos livres de lazer devem conter rampas ou superfícies planas com corrimãos para facilitar a acessibilidade, uma vez que a perda da mobilidade e do equilíbrio são condições que acometem os idosos. Souza *et al.* (2017) alertam que a perda de mobilidade funcional, da força e da resistência muscular são agravados à medida que a inatividade física aumenta com o passar dos anos. Shumway-Cook e Woollacott (2010), em suas pesquisas, consideram que mudanças como, aumento da fase de apoio, aumento do tempo em duplo apoio e diminuição do movimento vertical do centro de gravidade são encontrados na maioria dos idosos. Assim, observando tais alterações no organismo do indivíduo idoso e às necessidades apontadas, observamos que a caracterização das praças da Regional Pampulha não atende à demanda de acessibilidade para entrada nestes espaços públicos de lazer.

5.2.2 Índice subcategoria Acesso Não-Imediato

A presente subcategoria busca capturar as influências de mobilidade de chegada até à praça e contempla as variáveis: (i) Transporte Público, (ii) Travessia Adequada ao Tipo de Via, (iii) Área para Estacionar Veículos Particulares e (iv) Tipo de Via do Entorno. Os resultados desta subcategoria, detalhados por variável, estão representados na figura 21.

Figura 21: Valores correspondentes aos índices da subcategoria Acesso Não-Imediato das praças pesquisadas.



Na figura 21 estão apresentados os valores dos índices alcançados pelas praças na subcategoria Acesso Não-Imediato, com as variáveis presentes em cada uma dessas praças. As praças, Luiz Benedito Bertucci, dos Compositores e Engenheiro Iron Marra, com os maiores índices (0,750) nesta subcategoria, obtinham as mesmas variáveis:

Transporte Público, Tipo de Via do Entorno e Travessia Adequada ao Tipo de Via.

Treze (13) praças, como mostra a figura 21, receberam o índice com o mesmo valor de 0,500 por conterem apenas duas das quatro variáveis citadas no primeiro parágrafo. As variáveis Transporte Público e Travessia Adequada ao Tipo de Via, estiveram presentes em 7 (sete) praças. Já as variáveis Transporte Público e Tipo de Via do Entorno foram registradas em 5 (cinco) das praças pesquisadas.

As praças Santa Catarina Labouré, Rodrigo Emíle Campos e Dr. Celestino Marra (Figura 21) não são servidas por pontos de embarque e desembarque de transporte público. Já a praça dos Compositores é um exemplo das 18 (dezoito) praças que possuem a variável Transporte Público, ou seja, ponto de embarque e desembarque em frente à praça (Figura 22).

Figura 22: Transporte Público; na praça dos Compositores.

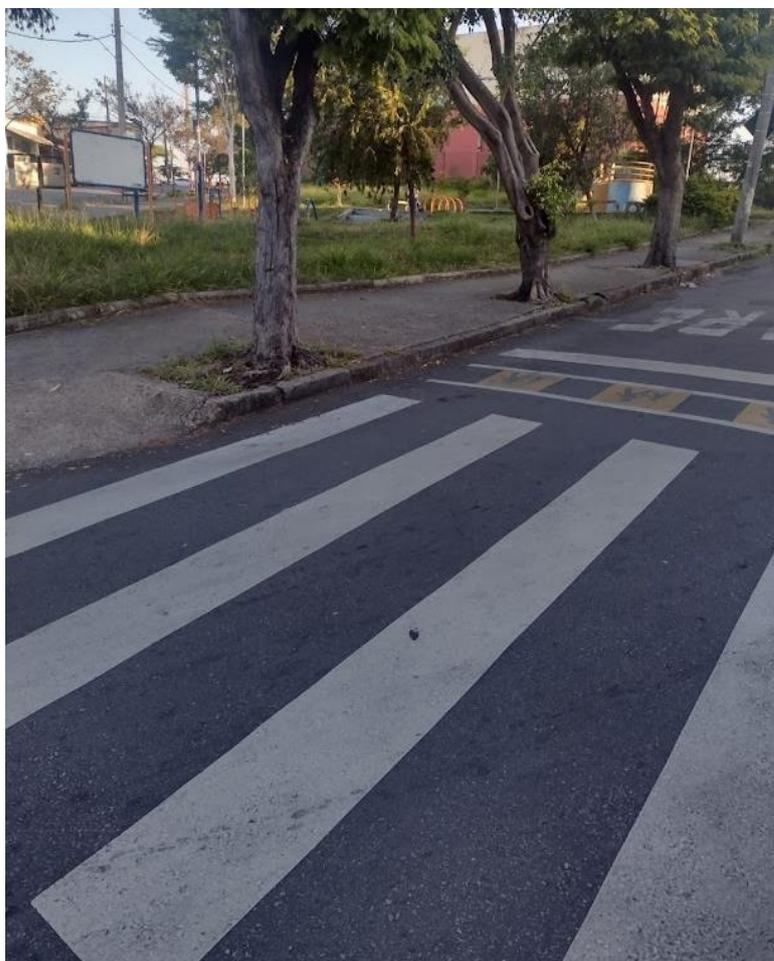


O envelhecimento acarreta ao indivíduo uma maior vulnerabilidade que pode gerar uma perda da independência e da autonomia. Devido a esta realidade, cresce a

necessidade de utilização dos sistemas de serviços públicos, como o transporte coletivo por estes idosos. Isso demonstra a importância da mobilidade para a manutenção da capacidade funcional destes indivíduos. O transporte coletivo é fundamental para que a mobilidade seja realizada com qualidade e acessibilidade (BLANCO *et al.*, 2014).

Em relação ao transporte público, Dorneles, Bins Ely e Pedroso (2006) aconselham que todas as áreas livres públicas de lazer contenham ou estejam localizadas próximas às paradas de ônibus, como por exemplo, a praça dos Compositores (Figura 22). Uma maneira de facilitar a circulação de idosos nestes espaços públicos são as travessias adequadas ao tipo de via. A variável Travessia Adequada ao Tipo de Via está presente em (12) doze praças. A praça Espaço Cênico (Figura 23) é um dos exemplos.

Figura 23: Travessia Adequada ao Tipo de Via; na praça Espaço Cênico.



Dez (10) praças pontuaram a variável do Tipo de Via do Entorno, compreendida como presença de áreas livres de grande circulação de veículos, conforme mostrado na figura 21. A praça Sol Nascente, figura 24, é um dos exemplos.

Figura 24: Tipo de Via do Entorno, ou seja, as ruas do entorno da praça, área livre de circulação de veículos; na praça Sol Nascente.

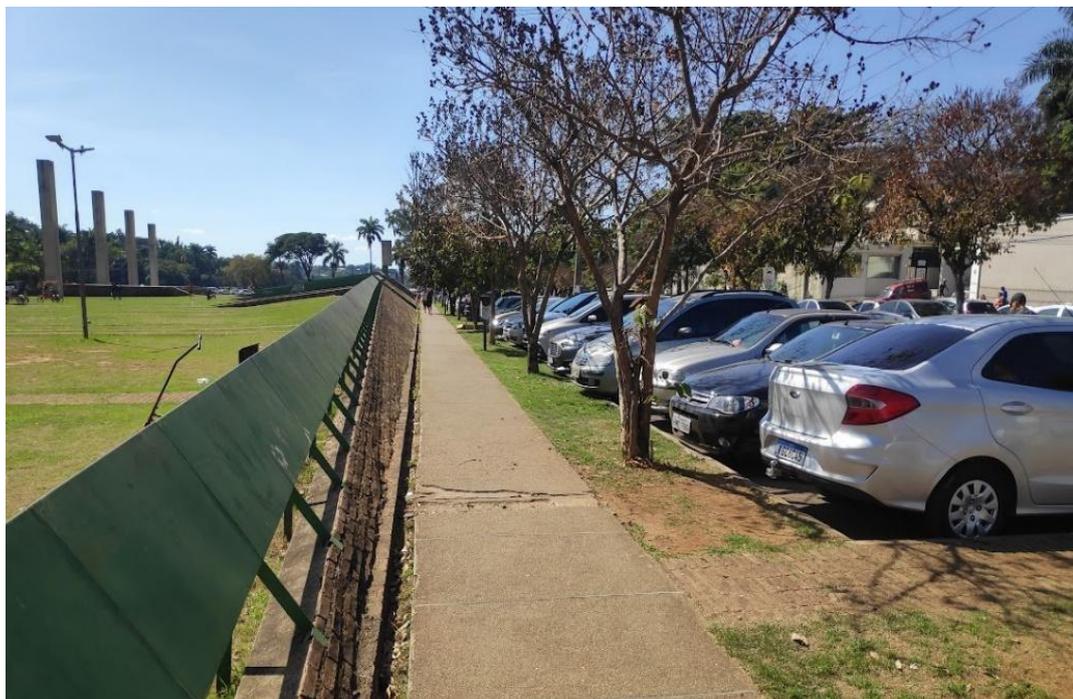


Shumway-Cook e Woollacott (2010) apontam alterações na marcha dos idosos como velocidade diminuída, comprimento do passo diminuído, ritmo do passo diminuído, aumento da largura da passada e diminuição do balanço do braço. Tais condições nos mostram a necessidade do tipo de via do entorno ser livre da circulação de veículos e haver uma faixa de pedestre para travessia, condições citadas no trabalho de Dorneles, Bins Ely e Pedroso (2006). Baseado nos valores observados, com a presença das três variáveis apresentadas, Transporte Público, Travessia Adequada ao Tipo de Via e Tipo de Via do Entorno, percebemos que pelo menos 50% das condições estão presentes para facilitar a chegada do idoso até às praças avaliadas, diferente da variável Área para Estacionar Veículos Particulares.

Um registro relevante a ser feito é que nenhuma das praças, alvo desta pesquisa, pontuaram com relação à variável Área para Estacionar Veículos Particulares, considerando vagas destinadas ao idoso. Foi percebida a existência do local

reservado ao estacionamento de veículos em algumas delas como, por exemplo, Geralda Damata Pimentel (Figura 25), porém sem vagas reservadas aos idosos.

Figura 25: Área para Estacionar Veículos Particulares sem vagas reservadas aos idosos; na praça Geralda Damata Pimentel.



Segundo Sales *et al.* (2020), a mobilidade urbana tem sido afetada por problemas como a falta de investimento público, o que ocasiona a precariedade do sistema de transportes públicos. Isso afeta a locomoção da população idosa que, para se deslocar de maneira mais eficaz, utiliza o transporte individual, ou seja, automóveis. Há, portanto, a necessidade de vagas de estacionamento destinadas a idosos próximas aos espaços públicos de lazer. Dorneles, Bins Ely e Pedroso (2006) também observam que a área para estacionar é apontada como fator indispensável para os idosos em áreas livres públicas de lazer. E como apresentado anteriormente, várias praças avaliadas possuem, ponto de embarque e desembarque de transporte público em suas proximidades.

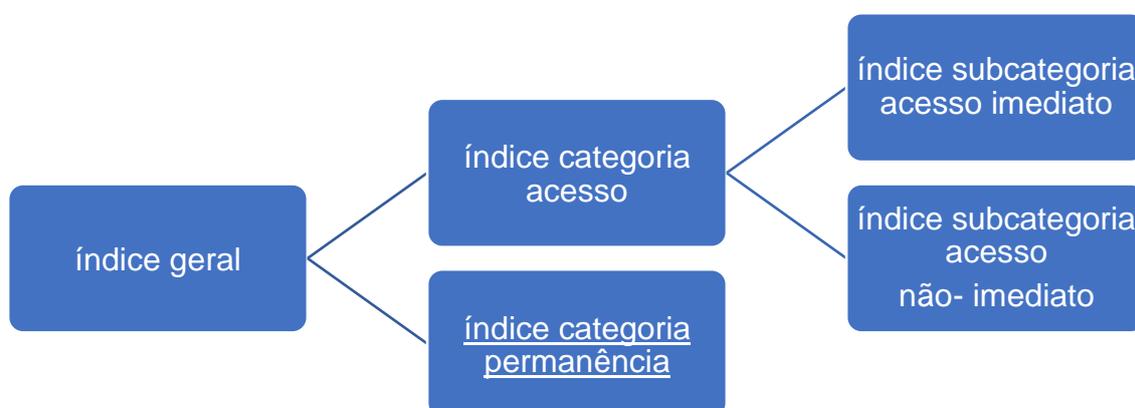
As praças Santo Antônio, Rodrigo Emílio Campos, Desbravador Pedro Henrique, Dr. Celestino Marra e Chorinho, com valores iguais a 0,250, apresentavam apenas uma das variáveis que constituem a subcategoria Acesso Não-Imediato.

Diante dos valores apresentados pelas praças alvo desta pesquisa, na categoria Acesso, é relevante pensar em uma política pública para idosos relacionada à acessibilidade aos espaços públicos de lazer. Ao analisar os valores alcançados pelas praças, é possível perceber que a presença de variáveis, sem condições adequadas para o uso, deve ser caracterizada como um problema público. A acessibilidade é apontada, pela OMS (2007), como uma barreira a ser resolvida através de ações contidas no Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, que considera áreas como transportes, espaços exteriores e participação social importantes para uma cidade construída para o idoso. Assim, a acessibilidade do idoso aos espaços públicos de lazer, através de transporte público, travessia adequada, vias do entorno, vagas destinadas ao idoso para estacionar seu veículo particular e estruturas para entrar nas praças deve ser entendida como uma situação que deve ser garantida com ações e medidas públicas.

5.3 Índice categoria Permanência

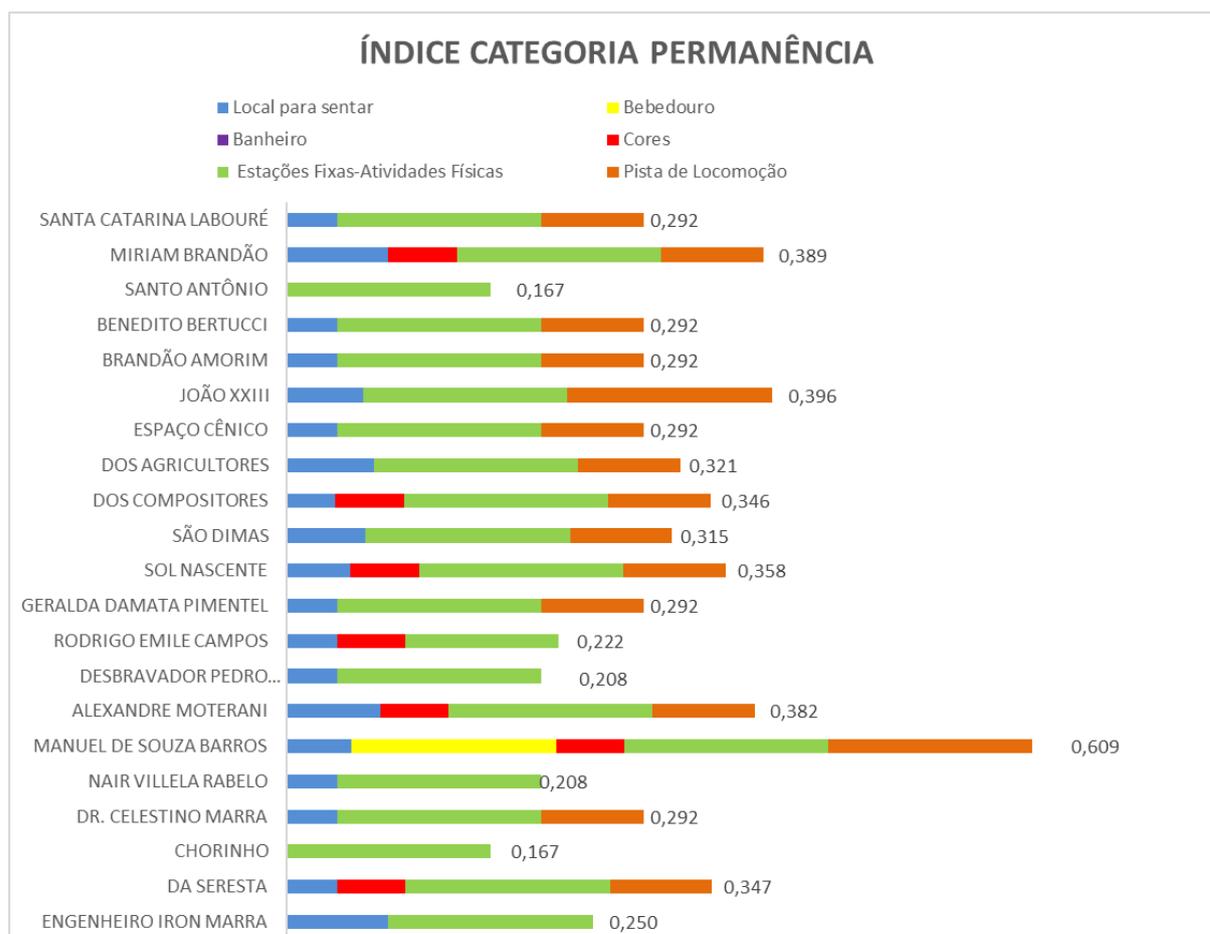
A presente categoria é composta pelas variáveis: (i) Local para Sentar, (ii) Bebedouro, (iii) Banheiro, (iv) Cores, (v) Estações Fixas-Atividades Físicas e (vi) Pista de Locomoção.

Figura 26: Organograma da composição do Índice Geral, com categorias e subcategorias. Em destaque, o Índice da categoria Permanência.



Os valores dos índices obtidos pelas 21 (vinte e uma) praças analisadas na categoria Permanência estão demonstrados na figura 27, assim como a presença das variáveis, que constituem esta categoria.

Figura 27: Valores correspondentes aos índices da categoria Permanência das praças pesquisadas.



Os resultados apresentados na figura 27 mostram que 20 (vinte) praças não possuíam pelo menos uma condição adequada para a utilização dos idosos destes espaços públicos de lazer, recebendo pontuação abaixo de 0,500. O maior índice (0,609), obtido pela praça Manoel de Souza Barros, comparado aos das demais praças, relaciona-se à presença das variáveis Bebedouro com material adequado preservado e Pista de Locomoção separada, também preservada. Esta última variável se encontra também, por exemplo, na praça João XXIII (Figura 28).

Figura 28: Pista de Locomoção separada e preservada, na praça João XXIII.



Com índices iguais (0,292), as 6 (seis) praças, Santa Catarina Labouré, Luiz Benedito Bertucci, Brandão Amorim, Espaço Cênico, Geralda Damata Pimentel e Dr. Celestino Marra registraram valores iguais a 0,25; 1 e 0,5 nas variáveis, Local para Sentar, Estações Fixas para Atividades Físicas e Pista de Locomoção, respectivamente.

A figura 27 mostra que as praças Seresta e dos Compositores apresentaram uma diferença de 0,001 que está relacionada com a variável Local Para Sentar. Na praça dos Compositores foram identificados locais para sentar danificados.

A figura 28 mostra que as praças Nair Villela Rabelo e Desbravador Pedro Henrique demonstram os mesmos índices (0,208) nesta categoria por registrarem valores iguais nas variáveis que compõem a categoria.

As praças Chorinho (Figura 29) e Santo Antônio (Figura 30) se destacam com os índices iguais e mais baixos (0,167), com as mesmas pontuações de valor igual a 1, na variável desta categoria, Estações Fixas-Atividades Físicas, com área específica e preservada.

Figura 29: Estação Fixa-Atividade Física, área específica e preservada, na praça Chorinho.



Figura 30: Estação Fixa-Atividade Física, área específica e preservada, na praça Santo Antônio.



Robba e Macedo (2002) entendem que, para que as praças exerçam suas funções na vida urbana brasileira, duas premissas básicas precisam ser consideradas: a acessibilidade e o uso deste espaço. O uso espaço das praças pelos vários segmentos da população, na concepção de Rechia (2009), é uma expressão da vida coletiva de uma sociedade. Sociedade que, para a autora, apesar de sua diversidade, ocupa o espaço público de lazer como um lugar de interseção entre crianças, adultos e idosos. Ao pensarmos neste último grupo e sua permanência em um espaço livre público de lazer, devemos considerar as alterações na capacidade funcional e identificar possíveis intervenções (ANDREIS *et al.*, 2018).

Estas intervenções devem ser realizadas no sentido de atender não só as necessidades físicas mas também as sociais, conforme afirmam os idosos entrevistados no estudo de Tavares *et al.* (2021). A satisfação com o local e os vínculos afetivos ali estabelecidos são fatores motivacionais para a permanência em um espaço público de lazer, que necessitam possuir estruturas caracterizadas e com condições que viabilizem o uso pelos idosos, atendendo às necessidades, como por exemplo, a variável Local para Sentar.

5.4 Índices variáveis categoria Permanência

5.4.1 Índice variável Local para Sentar

Os valores dos índices referentes à variável Local para Sentar estão demonstrados na figura 27. As 21 (vinte e uma) praças receberam pontuações relacionadas à existência e condições para uso desta variável.

Duas (2) praças, nessa variável, Engenheiro Iron Marra e Miriam Brandão (Figura 27) alcançaram os valores iguais e maiores (0,500), comparados aos valores das demais praças. A pontuação igual se deve ao fato das duas (2) apresentarem, não números de ocorrências e condições iguais, mas a ausência das mesmas condições presentes nas demais, locais para sentar sem encosto, sem proteção e danificados (Figura 31).

Figura 31: (a) Local para sentar, com encosto, sem proteção, preservado; na praça Miriam Brandão; (b) Local para sentar, com encosto, sem proteção, danificado; na praça Alexandre Moterani.



(a)



(b)

Em destaque, apesar do número de ocorrências (57) na praça dos Compositores (Figura 32), os locais para sentar não apresentavam condições para que a praça alcançasse o maior valor (1) na escala da descrição.

Figura 32: Locais para Sentar, sem encosto, sem proteção, na praça dos Compositores.



Dez (10) praças alcançaram índices iguais a 0,250 na presente variável e duas não pontuaram esta variável. A praça Chorinho (Figura 33) e a praça Santo Antônio (Figura 34) não possuíam Local para Sentar.

Figura 33: Ausência de Local para Sentar, na praça Chorinho.



Figura 34: Ausência de Local para Sentar, na praça Santo Antônio.



Esta variável é importante ser considerada, pois os idosos necessitam de estruturas para sentarem devido à perda de força, resistência muscular e equilíbrio. Locais para sentar proporcionam aos idosos um conforto para que possam permanecer nas praças e estabelecerem vínculos de socialização. O local para sentar é uma sugestão de melhoria da infraestrutura dos locais livres públicos de lazer, feita pelos idosos entrevistados por Dorneles, Bins Ely e Pedroso (2006). O conforto é apontado, pelos entrevistados, como algo necessário para a contemplação da paisagem. Além da boa manutenção, o encosto e a proteção lateral são importantes para a movimentação do idoso ao sentar e levantar. Isso porque nos idosos ocorre uma diminuição da flexão do quadril, do joelho e do tornozelo o que leva a uma capacidade diminuída para covariar os movimentos do quadril/joelho e a uma rigidez muscular aumentada (SHUMWAY-COOK; WOOLLACOTT, 2010).

5.4.2 Índices variáveis Bebedouro e Banheiro

A presença de bebedouro, variável observada em 5 (cinco) praças, Manoel de Souza Barros, Brandão Amorim, da Seresta, Desbravador Pedro Henrique e Geralda Damata Pimentel, recebeu a classificação máxima somente na praça Manoel de Souza Barros (Figura 35), que possuía bebedouro com as condições de material adequado e preservado, inclusive em funcionamento.

As praças Seresta, Desbravador Pedro Henrique (figura 35) e Geralda Damata Pimentel continham Bebedouro, porém danificado, o que impossibilitava o uso adequado. Em destaque, a praça Brandão Amorim apresentava 3 (três) bebedouros e todos danificados (Figura 36).

Figura 35: (a) Bebedouro com material adequado, preservado na praça Manoel de Souza Barros; (b) Bebedouro com material adequado, danificado na praça Desbravador Pedro Henrique.



(a)



(b)

Figura 36: Bebedouros com material adequado, danificados; na praça Brandão Amorim.



A hidratação adequada é essencial em todos os estágios da vida. Porém, considerando os inúmeros fatores que surgem no processo de envelhecimento que tornam os idosos mais propensos à desidratação, a hidratação se torna fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos dessa faixa etária. Portanto, a hidratação deve ser estimulada e constante (GUIMARÃES *et al.*, 2021).

Dorneles, Bins Ely e Pedroso (2006) compreendem que os mobiliários, como bebedouro que necessitam de acionamento com comandos ou botões, devem ser por pressão, manual ou com o pé, pois não exigem coordenação motora fina. Um exemplo se encontra na praça Manoel de Souza Barros que possui um bebedouro com acionamento realizado em um botão posicionado lateralmente (Figura 35).

Uma variável dentro da categoria Permanência, que não foi observada em nenhuma das 21 (vinte e uma) praças, foi o Banheiro. Os banheiros estavam presentes, somente na praça Geralda Damata Pimentel, porém desativados (Figura 37).

Figura 37: Banheiro desativado na praça Geralda Damata Pimentel.



O banheiro é abordado na pesquisa de Dorneles (2006) como uma condição de melhoria dos espaços públicos de lazer, de acordo com os idosos entrevistados.

5.4.3 Índice variável Cores

A pontuação na variável Cores recebida pelas praças, selecionadas para a presente pesquisa, está representada na figura 27. Como parte da categoria Permanência, foram pontuadas as praças que possuíam cores para sinalizar estruturas para diferentes fins, para auxiliar na locomoção-caminho e para auxiliar na locomoção-separação horizontal-vertical.

A figura 27 mostra que 7 (sete) obtiveram valores equivalentes a 0,333 na variável cores. Em 6 (seis) praças havia a presença de cores para auxiliar na locomoção-caminho, e em 1 (uma) havia cores para sinalizar estruturas para diferentes fins; como por exemplo, as praças da Seresta (Figura 38), Manoel de Souza Barros, Alexandre Moterani, Rodrigo Emíle Campos, dos Compositores, Míriam Brandão e Sol Nascente (Figura 39).

Figura 38: Presença de Cores para auxiliar na locomoção-caminho, na praça da Seresta.



Figura 39: Presença de Cores para sinalizar estruturas para diferentes fins, na praça Sol Nascente.



A qualidade da visão piora, no decorrer do processo de envelhecimento, devido a causas independentes das doenças da visão. As mudanças mais importantes que causam isso são a redução do tamanho da pupila e a capacidade de focar. A capacidade de dilatação da pupila também diminui com a idade. O olho de uma

pessoa de 20 anos recebe 6 vezes mais luz que o de uma pessoa de 80 anos. O contraste mais importante para pessoas de visão diminuída é o que ocorre entre luminosidades: dois vermelhos de luminosidades diferentes são mais fáceis de serem distinguidos que um verde e vermelho de luminosidades iguais (PINHEIRO; SILVA, 2010). Shumway-Cook e Woollacott (2010) abordam estudos que mostram declínios na visão do idoso que sofrem uma perda de quantidade de luz transmitida para a retina e redução na acuidade visual, problemas na percepção do contorno e da profundidade dos objetos.

Os projetos de áreas livres públicas de lazer devem se orientar por um mesmo padrão no sentido de identificar diferentes funções a partir do uso de desenhos de pisos, mobiliários e cores. Os mobiliários devem ter cores contrastantes e diferentes, assim como os pisos (DORNELES; BINS ELY; PEDROSO, 2006).

5.4.4 Índice variável Estações Fixas-Atividades Físicas

Os valores dos índices da variável Estações Fixas-Atividades Físicas, obtidos pelas praças avaliadas e expostos na figura 27, referem-se à presença de áreas específicas para a realização de atividades físicas além da Academia a Céu Aberto, um dos critérios para escolha destes espaços públicos de lazer para este estudo.

Com valores iguais máximos (1), as praças da Seresta, Manoel de Souza Barros, dos Compositores e João XXIII (Figura 40) foram as que continham duas áreas específicas e preservadas.

Figura 40: Presença de uma área específica e preservada para atividades físicas-estação fixa, além da Academia a Céu Aberto; na praça João XXIII.



A praça Rodrigo Emíle Campos (Figura 41) apresentou um valor inferior equivalente a 0,75 em relação às outras, pois possuía duas áreas específicas com Estações Fixas Atividades Físicas, porém uma delas recebeu pontuação menor (0,5) por estar danificada.

Figura 41: Presença de uma área específica e danificada para atividades físicas-estação fixa, além da Academia a Céu Aberto; na praça Rodrigo Emíle Campos.



O Guia de Atividade Física para a população brasileira (2021) aborda as questões referentes à prática de atividade física para idosos. No Guia são apresentados os vários benefícios que ocorrem no organismo decorrentes do exercício físico, como também, algumas orientações relacionadas à frequência de duas a três vezes por semana e tipos de atividades de fortalecimento, equilíbrio e deslocamentos. Tais deslocamentos, como por exemplo, a ida às praças com quadras, estações fixas com áreas específicas, são associadas, segundo Salvador *et al.* (2009), à prática de atividade física no lazer pelos idosos participantes. A prática de atividade física pelos idosos é defendida também por Souza *et al.* (2017) como um modo de manter a execução das tarefas da vida diária.

Os idosos apontam a realização de atividades físicas também como um elemento motivacional, segundo estudo de Tavares *et al.* (2021), para que acessem e continuem frequentando um espaço público de lazer. Os idosos entrevistados, que precisam ou gostam de praticar atividade física, relataram que a existência de

espaços e equipamentos adequados é importante para o acesso ao espaço público de lazer.

5.4.5 Índice variável Pista de Locomoção

Na figura 27 estão demonstrados os valores dos índices atingidos pelas praças, alvo desta pesquisa, na variável Pista de Locomoção, integrante da categoria Permanência.

As 13 (treze) praças que alcançaram o valor igual a 0,5 possuíam a variável Pista de Locomoção preservada, porém não separadas das calçadas que circundam as praças. As praças Santo Antônio, Rodrigo Emíle Campos, Desbravador Pedro Henrique, Nair Villela Rabelo, Chorinho e Engenheiro Iron Marra receberam valores mais baixos (0) devido à da Pista de Locomoção não estar separada da calçada e estar danificada.

Na variável Pista de Locomoção, os maiores índices iguais a 1 foram alcançados pelas praças Manoel de Souza Barros (Figura 42) e João XXIII (Figura 28). O valor máximo recebido deve-se ao fato da presença de tais pistas estarem separadas das calçadas que circundam as praças e preservadas.

Figura 42: Pista de Locomoção, separada, preservada; na praça Manoel de Souza Barros.



A caminhada é apontada pelos idosos que frequentam os variados espaços públicos de lazer como uma prática de atividades físicas. Por tal motivo, é relevante entender a importância de uma pista específica para que o idoso possa se locomover. As pistas de locomoção são citadas pelos idosos, no estudo de Dorneles, Bins Ely e Pedroso (2006), como uma variável importante no espaço público de lazer. Isso corrobora a pesquisa de Salvador *et al.* (2009) na qual a caminhada é o tipo de atividade física mais praticada pelos idosos que participaram da pesquisa. As pistas de caminhada, corrida e trilha, também foram apontadas pelos idosos como um dos fatores que contribuem para o ingresso e permanência nos espaços públicos de lazer, segundo Tavares *et al.* (2021). É relevante que as pistas de locomoção sejam separadas das calçadas pois o indivíduo, no processo de envelhecimento, sofre mudanças na capacidade de dividir a atenção entre duas ou mais tarefas

(SHUMWAY-COOK; WOOLLACOTT, 2010). Idosos apresentam problemas para realizar mais de uma tarefa com requisitos de atenção do equilíbrio e da locomoção.

Com base nos valores apresentados pelas praças, escopo desta pesquisa, na categoria Permanência, é interessante pensar em uma política pública para idosos relacionada à permanência nos espaços públicos de lazer. De acordo com os valores alcançados pelas praças, é possível perceber que assim como ocorre na categoria Acesso, a presença de variáveis, sem condições adequadas para o uso, deve ser caracterizada como um problema público. A permanência do idoso nos espaços públicos de lazer, por meio da utilização de estruturas como locais para sentar, banheiro, bebedouro, cores que auxiliem a diferenciação das estruturas, estações fixas para atividades físicas e pista de locomoção é concebida como forma do exercício da cidadania e deve ser viabilizada com ações que integrem vários setores na construção de uma política pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um desafio tentar compreender as características que uma praça possui, pois, como entendem Robba e Macedo (2002), a praça é um elemento que faz parte de toda uma malha urbana. Além disso, as ruas do seu entorno e os acessos a ela são cruciais para que as pessoas possam se apropriar das praças.

Na Regional Pampulha, do município de Belo Horizonte, foram registradas com a classificação “praça”, o universo de 85 (oitenta e cinco), o que a princípio significa uma ampla possibilidade de vivências de lazer através da utilização destes espaços públicos de lazer. Gonçalves e Rechia (2019) compreendem que, além da quantidade do número de praças, a qualidade delas, a permanência e a frequência das pessoas de grupos heterogêneos nestes espaços possibilitam significativas experiências de lazer nas cidades.

Desta forma, pensar o lazer como uma atividade de vida diária da faixa etária de idosos nas praças é considerar também a possibilidade deste grupo se apropriar do espaço público de maneira autônoma e independente. A praça é uma forma de posicionar-se no mundo e a apropriação deste espaço público pelos idosos inclui considerar as características desta e dos equipamentos que a compõem. Gonçalves e Rechia (2019) afirmam que a qualidade da infraestrutura e dos espaços públicos são aspectos que contribuem para que as pessoas os acessem e permaneçam nesses lugares.

Nesta perspectiva, este estudo que teve como objetivo avaliar as características das praças da Regional Pampulha, do município de Belo Horizonte, através de um índice, resultante de uma escala de descrição, demonstrou a relevância das características das praças que influenciam na manutenção da capacidade funcional do idoso.

Ao analisar os índices das categorias, que integram o índice geral, alcançados pelas praças deste estudo, percebemos valores acima dos 50%. Porém, quando alcançamos o índice geral, o valor reflete um quadro de falta de planejamento e

conservação das estruturas que constituem tais espaços públicos livres de lazer considerando que são também frequentados pela população idosa. Mesmo pertencendo à mesma Regional, localizadas na mesma cidade, as 21 (vinte e uma) praças apresentaram diferentes características e condições, tratadas nesta pesquisa como relevantes para o uso e apropriação destes espaços públicos.

Segundo Tavares (2021), o ingresso e a permanência são influenciados pela percepção dos usuários em relação ao espaço público de lazer e isso é um fator motivacional. O acesso e a permanência nas praças, não são suficientes para tornar estes espaços públicos de lazer ambientes para que os idosos estabeleçam uma relação de uso e apropriação das praças como suporte ambiental.

O acesso, compreendido como maneira de chegar até à praça e entrar na praça, é um componente que envolve o contexto de mobilidade urbana como transportes públicos e individual, deslocamentos nas vias do entorno e estruturais para ingressar no espaço público. Por pertencerem à mesma regional esperava-se que as praças avaliadas alcançassem valores parecidos nesta categoria, o que não aconteceu. Ao analisarmos os valores da praça que recebeu o valor mais alto igual a 0,613, a praça Manoel de Souza Barros e as que receberam os valores mais baixos iguais a 0,250, as praças Rodrigo Emílio Campos e Chorinho, percebemos uma diferença que deve ser considerada no planejamento e manutenção das praças.

A permanência, compreendida como apropriação e uso para participação em atividades pela população, é possibilitada pelo conjunto de equipamentos disponíveis nas praças. O resultado que representou a avaliação de Local para Sentar, Bebedouro, Banheiro, Cores, Estações Fixas-Atividades Físicas e Pista de Locomoção, também apresentou uma diferença entre as praças com maior valor, a praça Manoel de Souza Barros, com valor igual a 0,609 e, as praças Chorinho e Santo Antônio com menor valor igual a 0,167. Durante a fase de visitaç o, foi observado que as praças com as estruturas em melhores condi oes, vinham acompanhadas de relatos de frequentadores, que diziam realizar a oes de cuidados para melhorias e manuten ao das praças.

Como por exemplo, o caso da praça Miriam Brandão, no momento da visitação e aplicação da escala de descrição, uma frequentadora abordou a pesquisadora com objetivo de auxiliar em algo, e esclareceu que as condições de preservação de determinadas estruturas eram devido aos cuidados realizados pelos funcionários e alunos da escola localizada à frente da praça.

Esta situação sugere que a administração responsável pelas praças não tenha percepção adequada do fenômeno do envelhecimento, presente na cidade de Belo Horizonte, não diferente do contexto mundial, e quão próximo isso se encontra da atual realidade.

A administração pública deve compreender que a cidade envelhece e que, como defendem Pessoa e Mendes (2019), o corpo mesmo envelhecido se desenvolve a cada dia construindo significados através do movimento, do cuidar de si e das experiências. Para as autoras, as experiências permeiam o ambiente do ser, e nele, o idoso se concebe como um indivíduo de vida significativa. Portanto, é relevante avaliar o maior número possível de espaços públicos de lazer da cidade para o acesso e permanência dos indivíduos idosos.

Importante ressaltar, que as limitações desta pesquisa foram os critérios utilizados para selecionar as praças a serem visitadas e avaliadas. Tais critérios entendidos como aspectos relevantes na seleção das praças podem ser alterados para que se atinja um conjunto que contemple um maior número de praças a serem avaliadas.

As praças representam uma possibilidade de atividade de lazer para os idosos. Estudos que fundamentaram esta pesquisa apontaram a proximidade das residências em relação às praças, segurança e a familiaridade como um dos principais fatores para a permanência nestas áreas livres de lazer. Tais aspectos não avaliados neste presente estudo são compreendidos como uma possibilidade futura para inclusão na escala de descrição para que se alcance um índice que represente uma real situação das praças não só da Regional Pampulha, da cidade de Belo Horizonte, mas destes espaços nas mais variadas localidades.

A sugestão para os próximos estudos é a inclusão de mais aspectos considerados relevantes, citados anteriormente, na escala de descrição para que o índice alcançado expresse com mais clareza as condições de acesso e permanência de idosos em espaços públicos de lazer. E concomitantemente, é interessante a participação da sociedade neste processo, com idosos e gestores responsáveis por tais espaços como parte integrante de um futuro planejamento adequado.

Rechia (2009) ressalta a importância do planejamento adequado desses espaços associado a projetos de intervenção na esfera da cultura, educação e saúde. Isso demonstra como o uso destes ambientes públicos se torna o cruzamento interessante da expressão de vida coletiva de uma sociedade.

Assim, entender que as praças são espaços relevantes para a vida da população idosa de uma cidade é compreender que a caracterização e a manutenção adequada destes espaços são significativas medidas para a construção de políticas públicas, bem elaboradas com eficácia, eficiência e efetividade.

REFERÊNCIAS

ABADE, N. S. N. *As Academias a Céu Aberto em Belo Horizonte: interfaces entre lazer e saúde*. 2016. 153p. Tese (Mestrado em Estudos do Lazer)- Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALEX, S. *Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Editora SENAC, 2008. 291p.

ALVES, J. E. D. O impacto da pandemia da Covid-19 na dinâmica demográfica brasileira. *Portal do Envelhecimento*. São Paulo, 12 de março 2021. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/o-impacto-da-pandemia-da-covid-19-nadinamica-demografica-brasileira/>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

ALVES, J. E. D. Apesar da Covid-19 as tendências do envelhecimento populacional vão continuar. *Portal do Envelhecimento*. São Paulo, 1º de maio 2021. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/apesar-do-coronavirus-as-tendencias-do-envelhecimento-populacional-vao-continuar/>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

ANDREIS, L. M.; GUIDARINI, F. C. de SOUZA; GARCIA, C. L. P.; MACHADO, A. F.; ROSA NETO, F. Desenvolvimento motor de idosos: estudo comparativo de sexo e faixa etária. *Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 26, n. 3, p. 601-607, 2018.

ARAÚJO, A. V. *Espaços livres de uso público em Ouro Preto - MG: heranças históricas, desafios contemporâneos*. 2018. 708p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BAPTISTA, M. M.; PEREIRA, M. J. A.; ALMEIDA, A. R. A. de. (Orgs). *Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos*. Coimbra: Grácio Editor, 2019. 177p.

BACHELADENSKI, M. S.; MARTIELLO JÚNIOR, E. Contribuição do campo crítico do lazer para a promoção da saúde. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2569-2579, 2010.

BLANCO, P. H. M.; CASTILHO, M. M.; BLANCO, T. H. M.; CORTEZ, L. E. R. Mobilidade urbana no contexto do idoso. *Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v.19, n.1, p. 143-155, jan./jun. 2014.

BALDISSERA, D. *Apropriação de espaços públicos em centros urbanos: Caxias do Sul 1910-2010*. UFRS. 2011. 240p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 70p.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia de Atividade Física para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 52p.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

COSTA, M. F. L.; BARRETO, S. M. Tipos de estudo epidemiológicos: conceitos básicos e aplicação na área do envelhecimento. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 12, n. 4, p.177-1187, dez./2003.

CUNHA, A. L. da. A integralidade do direito à saúde a visão do Supremo Tribunal Federal. *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 167-184, mar./jun. 2019.

DORNELES, V. G.; BINS ELY, V. H. M.; PEDROSO, E. S. R. A inserção do idoso no espaço público urbano. *In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA NO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, XI, 2006. Florianópolis/SC., Florianópolis: 2006. 1-10p.

DORNELES, V. G. *Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer*. 2006. 213p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FERREIRA, M. C. G.; TURA, L. F. R.; DA SILVA, R. C.; FERREIRA, M. de A., Programa Academia Carioca da Saúde: Cotidiano, Lazer e Saúde de Idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1-13, 2020.

GOMES, C. L. *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 290p.

GOMES, C. L. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. *Licere*, v. 14, n. 3, p. 1-26, 2011. Disponível em: <https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/licere/article/view/489>. Acesso em: 24 maio 2021.

GOMES, C. L.; PINHEIRO, M.; LACERDA L. *Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 129p.

GUIMARÃES, B. P.; MACIEL, A. R.; BARBOSA, A. P.; VIZIOLLI, B. N. P.; VITTA, C. E.; CHAUD, D. M. A. Consumo de água em idosos: uma revisão. São Paulo, *Vita et Sanitas*, v.15, n.1, p. 53-69, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA (IBGE). *Atlas do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2022.

KRAFTA, R.; RAUBER, A. Morfologia urbana e a revolução dos dados. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 8, n. 1, p. e001151, 30 jun. 2020.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 24, p. 109 - 123, 2008.

LUCAS, F. da M.; CLEPS, G. D. G. Espaço público e lazer: reflexões a partir da cidade de Uberlândia-MG. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia-MG, v. 21, n. 76, p. 231 – 248, 2020.

MAAR, L. W. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 95p. (Coleção Primeiros Passos, 54).

MAGNANI, J. G. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996, p. 12-53.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 207p.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A. da; FERNANDES, E. A. de O. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: O caso da RMC – Região metropolitana de Campinas*. Curitiba (PR): Opus, 2007. 120p.

MARI, F. R.; ALVES, G. G.; AERTS, D. R. G. de C.; CAMARA, S. Percepção do processo de envelhecimento e saúde de pessoas de meia-idade. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 35-44, 2016.

MELO, V. A. de. Sobre o conceito de lazer. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 1635, set./dez. 2013. Disponível em: http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/88286e76-10c5-459b8e1eb1cdfd52f345/Revista++Sinais+Sociais_23_web.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=88286e76-10c5-459b-8e1e-b1cdfd52f345. Acesso em 15 mar. 2021.

MENDES, M. I. B. de SOUZA. Lazer ativo e saúde: perspectivas e saúde. *Licere*, Belo Horizonte, v.17, n.3, p.1-11, set/2014.

MENEZES, A. H. N.; DUARTE, F. R.; CARVALHO, L. O. R.; SOUZA, T. E. S. *Metodologia Científica: teoria e aplicação na educação à distância*. Petrolina (PE), 2019. 83p.

- MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. *In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer: Belo Horizonte UFMG, 2006. p.136-160.*
- MORAES, E. N. de; MORAES, F. L. de. *Nota técnica para organização da Rede de Atenção à Saúde com foco na atenção primária à saúde e na atenção ambulatorial especializada - saúde da pessoa idosa.* Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein: Ministério da Saúde, 2019. 56p.
- MORAES, E. N. de; MORAES, F. L. de; LIMA, S. de P. S. Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. *Revista de Medicina, Minas Gerais, v. 20, n.1, p. 67-73, 2010.*
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Guia Global das Cidades Amigas da Pessoa Idosa. 2007. 80p.
- OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial de envelhecimento e saúde. 2015. 30p.
- PESSOA, K. L. E. de CARVALHO; MENDES, M. I. B. de SOUZA. Body perceptions and aging in the 'Our Healthier City' project. *Motriz, Rio Claro, v.25, Edição 2, 2019.*
- RECHIA, S. Planejamento dos espaços e dos equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”. *In: FRAGA, A. B. et al. (Orgs). Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos.* Porto Alegre: Gênese, 2009. p. 76-88. (Série Esporte, Lazer e Saúde).
- RIBEIRO, O. O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.* Número temático: Envelhecimento demográfico, p. 33-52, 2012.
- RIBEIRO, R. R. (Org.). *Histórias de bairros de Belo Horizonte: Regional Pampulha.* Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011. 62p.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. *Praças Brasileiras.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 311p. (Coleção Quapá).
- ROLNIK, R. Qualidade de vida é possível? *Revista E, São Paulo, SESC, p.34-39, out/ 2000.*
- SALES, J. R.; NORONHA, W. A. V.; PENACHIOTTI, A. G.; FONSECA, B. G. A importância da mobilidade urbana de forma sustentável. São Paulo, 2020. 11p.

SALVADOR, E. P.; ALEX, A. F.; REIS, R. S.; COSTA, E. F. Percepção do ambiente e prática de atividade física no lazer entre idosos. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 6, p. 972980, 2009.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2009. 260p.

SANTOS, S. S. C. Concepções teórico-filosóficas sobre envelhecimento, velhice, idoso e enfermagem gerontogeriatrica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 63, n. 6, p. 1035-1039, nov-dez, 2010.

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. H. *Controle motor: teoria e aplicações práticas*, 3.ed., Barueri, SP: Manole, 2010. 621p.

SILVA, E. A. P. C. da; SILVA, P. P. C. da; SANTOS, A. R. M. dos; CARTAXO, H. G. de O.; RECHIA, S.; FREITAS, C. M. S. M. de. Espaços públicos de lazer na promoção da qualidade de vida: uma revisão integrativa. *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p.1-18, jun/2013.

SILVA, J. C. P. da; PASCHOARELLI, L. C.; SILVA, F. M.; *Design Ergonômico- Estudos e Aplicações*. Bauru/SP: FAAC-Universidade Estadual Paulista, 2010. 297p.

SOUZA, L. H. R.; BRANDÃO, J. C. da Silva; FERNANDES, A. K.C.; CARDOSO, B. L. C. Queda em idosos e fatores de risco associados. *Rev. Aten. Saúde*, São Caetano do Sul, v. 15, n. 54, p. 55-60, out./dez., 2017.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Campinas (SP): Autores associados, 2017. 280p.

SUGIYAMA, T.; THOMPSON, C. W. Outdoor environments, activity and the well being o older people: conceptualising environmental support. *Environment and Planning A*, v. 39, p. 19431960, 2007.

TAVARES, L.M.; MARTINS, S. E.; FRANZONI, W. C. de C.; LUIZ, M. E. T.; MARINHO, A. Motivos de ingresso e permanência de idosos em parques públicos urbanos. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM LAZER, 4 e SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE, 18, Porto Alegre: 2021. p.89-93.

VASCONCELOS, P. de A. As metamorfoses do conceito de cidade. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 17-23, dez. 2015.

VIANA, J. A. Do remo à pesca: o prescrito e o imprevisto na constituição da Lagoa da Pampulha como um espaço de lazer moderno em Belo Horizonte (1942 a 1968). *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p.1-34, jun. 2013.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.